

Autoridades policiais

Pernambuco e São Paulo, 1828-1888

Larissa Biato de Azevedo

Banco de dados vinculado ao Processo
FAPESP n. 19/03596-8

Autoridades policiais - Pernambuco (1828-1888)					
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1828-1829	Monteiro	José do Rego Barros (?-?)	Rendeiro do engenho Apipucos em 1829.	
Juiz de Paz	1828-1834	Beberibe	Boaventura de Mello Castello Branco (?-?)	À época da Confederação do Equador (1824), foi nomeado Comandante da povoação de Beberibe e chegou a ser membro da Câmara de Olinda durante o Governo Provisório. Foi Subdelegado de Beberibe em 1848. No ano seguinte, constou como "Capitão" na lista dos eleitores da freguesia de S. Pedro Mártir de Olinda. Em 1859, exerceu o cargo de Delegado em Olinda, tendo integrado a comitiva que recebeu o Imperador na ocasião em que este visitou a localidade.	
Juiz de Paz	1828-1829	Freguesia da Sé de Olinda	Antônio Joaquim Guedes (?-?)	Major de milícias. Esteve envolvido no ataque ao governador Luís do Rego em 1821, sendo deportado para Lisboa e lá julgado.	
Juiz de Paz	1828	Iguarassu	Francisco José Cavalcante Galvão (?-?)	Major em 1844. Consta na lista dos eleitores da Freguesia de Iguarassu de 1849.	
Juiz de Paz	1828	Sirinhaém	Francisco Xavier Paes de Mello Barreto (1764-1836)	Natural da vila de Rio Formoso, próxima de Sirinhaém, no litoral sul de Pernambuco. Atuou como Capitão-mór das Ordenanças na vila de Nossa Senhora de Cimbres (hoje parte da cidade de Pesqueira), no interior da província. Nessa localidade também foi Juiz Ordinário e de Órfãos por volta de 1822. Em 1829, foi eleito Juiz de Paz suplente da vila de Sirinhaém, aparentemente acumulando o mesmo posto, mas como efetivo, na Freguesia de Água Preta. Por volta de 1831, procurou vender dois engenhos que a família possuía em Rio Formoso: Una e Mamucabas. Seu filho, João Francisco Xavier Paes Barreto, foi Delegado em Jaboatão.	
Juiz de Paz	1829	Freguesia de S. Antônio	Félix José Tavares Lira (?-?)	Natural de Una, em Pernambuco, teria nascido no último quartel do século XVIII. Recebeu carta patente para exercer o posto de Capitão da Companhia de Infantaria da vila de Sirinhaém. Teria tido contato com os líderes da Revolução de 1817, como os irmãos Cavalcanti, além de ligações com a maçonaria. Foi Deputado de Pernambuco nas Cortes Gerais e Extraordinárias Portuguesas (1821-1822), membro do Conselho de Presidência da Província de Pernambuco entre 1830 e 1833, e Vice-Presidente em exercício entre setembro e dezembro de 1833.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1829	Freguesia da Boa Vista	Bento José da Costa Jr. (1798-1871)	Natural de Pernambuco. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, em 1852. Seu pai, natural de Portugal, participou da Revolução de 1817 e era um conhecido negociante de escravos até, pelo menos, 1831. Bento Júnior exerceu atividades variadas durante a segunda e a terceira década do século XIX: foi Vereador do Recife na 1ª e na 2ª Legislaturas (1829-1832), administrava um armazém de açúcar, lecionava e atuava como Juiz de Paz. Foi ainda acionista e diretor da Companhia do Beberibe e membro da Sociedade Patriótica Harmonizadora. Entre 1853 e 1855, participou das eleições para Deputado-provincial, como membro dos colegiados. Em 1859, foi Vereador em Limoeiro. Atuou em uma apelação cível julgada no Tribunal da Relação do Recife na década de 1860.	
Juiz de Paz suplente	1829	Monteiro	Luís Antônio Alvarez (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz suplente	1829	Beberibe	Ignácio Pereira Brandão (?-?)	Sabe-se apenas que foi Vereador de Olinda e Procurador do Conselho do Governo Provisório em 1824.	
Juiz de Paz	1829/1832	Capela do Loreto	Francisco do Rego Barreto (1802-1870)	Conde da Boa Vista. Natural do Cabo de S. Agostinho, Pernambuco. Assentou praça em 1817, no Recife. Devido à sua oposição às posturas do Governador e General Luiz do Rego, foi deportado para Lisboa em 1821 - suspeito, como outros que haviam participado da Revolução de 1817, de ter pactuado no ataque contra aquele governador. Após seu julgamento e soltura, graduou-se em Paris, em matemática. De volta a Pernambuco, além de seguir na carreira militar, adentrou na política, atuando como Deputado, Senador e Presidente da Província (1838-1844). Promoveu diversas obras e reformas na Província durante seu governo, sobretudo na capital, entre edifícios, vias públicas e melhorias no abastecimento de água. Foi ainda Comandante superior da Guarda Nacional do Recife. Obteve o título de Conde (1866) e o de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.	
Juiz de Paz	1829	Freguesia de S. Joaquim das Laranjeiras*	Pedro Leite Pereira (?-?)	Sem informação.	*Próxima de Goiana.

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1829	Goiana	Luiz Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (1799-1838)	Natural de Pernambuco. Luiz Francisco era filho do Coronel Suassuna e irmão de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1º Barão e 1º Visconde de Suassuna). Era, portanto, membro de uma das famílias mais conhecidas na arena política do Império. Ele formou-se em Leis em Coimbra, retornando ao Brasil em 1820. Ocupou o cargo de Juiz de Fora em Aracati, Ceará, e de Desembargador da Relação de Pernambuco (1825). Em meados da década de 1820, tomou assento como Deputado-geral. Em 1835, foi eleito Deputado da Assembleia Provincial. Escreveu a <i>Memória sobre algumas das principais providências que se devem tomar desde já a bem de facilitar a prática da administração judiciária</i> [...] (1830) e <i>Emendas motivadas sobre o projeto de Regimento das Relações</i> [...] (1830).	
Juiz de Paz suplente	1829	Goiana	Ignácio Cavalcanti de Albuquerque Lacerda (?-?)	Era Capitão-mór em Goiana na ocasião da Revolução de 1817.	
Juiz de Paz	1830	Jaboatão*	José Affonso Regueira (?-?)	Natural de Pernambuco. Seu pai era proprietário do engenho Anjo, em Sirinhaém. Foi Alferes de Ordenanças, proprietário e negociante matriculado da praça de Pernambuco.	*Jaboatão se tornou Freguesia do Termo do Recife em 1833.
Juiz de Paz	1830-1831	Sirinhaém	Sebastião Antônio Accioly Lins (?-?)	Barão de Goicana. Natural de Pernambuco. Tenente-Coronel. Em 1824 foi nomeado 1º Tenente da "Guerrilha de Sirinhaém" pelo Conselho de Presidência da Província. Certamente era pai de filho homônimo (o que nasceu em 1829 e fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1850). Em 1838, o Tenente comprou o engenho Cachoeira, com trinta escravos e outros bens.	
Juiz de Paz	1830	Freguesia de Muribeca	José Roberto de Moraes Silva (?-?)	Natural de Pernambuco. Filho do dicionarista Antônio de Moraes Silva (1755-1824) - nascido no Rio de Janeiro e que se estabeleceu em Pernambuco no início do século XIX ao adquirir o Engenho Novo, localizado em Muribeca. Proprietário de engenhos nessa região, José Roberto teve um deles, o Conceição, "varejado" à época da Revolução Praieira (1848-1849). Acusado de apoiar o conflito, ele teria fugido antes do cerco e não consta que tenha sido preso. Foi coronel, jurado, votante nas eleições para Deputados-provinciais e membro da Sociedade Constituinte, fundada em 1852 e apoiadora do Partido Liberal.	
Juiz de Paz	1831	Freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves (Bairro do Recife)	Francisco Gonçalves Bastos (?-1853)	Tomou lugar como Juiz de Fato em 1840. Em 1853 aparece como falecido em publicações "a pedido".	
Juiz de Paz suplente	1831	Freguesia de S. Antônio	João Arcenio Barbosa (?-?)	Sargento da 10ª Companhia do Regimento de Artilharia na ocasião da Revolução de 1817.	
Juiz de Paz suplente	1831	Capela do Loreto	José Antônio Vieira de Mello (?-?)	Sab-se apenas que foi Alferes de Ordenanças.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1831	Capela de N. S. do Rosário, em Tejucofapo	Antônio de Albuquerque Mello Cavalcante (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz suplente	1831	Sirinhaém	Antônio da Rocha Wanderley (?-?)	Major. Fez parte do Conselho de Jurados - relativo aos processos de abuso de imprensa - entre 1829 e 1830.	
Juiz de Paz	1831	Limoeiro Freguesia de S. Frei Pedro	Caetano José de Mello (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz suplente	1831-1833/1835	Gonçalves (Bairro do Recife)	José Ignácio da Câmara (?-?)	Foi negociante, Alferes de Infantaria da Companhia de Ordenanças do Recife e Vereador do Recife na 2ª Legislatura (1833-1836). Em 1835, atuou como Juiz de Paz no 2º Distrito do Corpo Santo, situado na mesma Freguesia/Bairro do Recife.	
Juiz de Paz	1830-1833	Capela Filial da Conceição dos Milagres, na Freguesia de Maranguape	Raimundo Nonato de Araújo (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1832	Freguesia da Boa Vista	José Francisco Ferreira Catão (?-?)	Natural de Pernambuco. Provavelmente nasceu no último quartel do século XVIII. Foi Juiz Almotacel, Capitão de Ordenanças, Vereador do Recife na 2ª Legislatura (1833-1836) e Subdelegado da Boa Vista. Recebeu a condecoração de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.	
Juiz de Paz	1832-1833	Maranguape	João David Madeira (?-?)	Padre. Participou da Revolução de 1817. Foi proprietário do sítio Canoas/engenho Catolé e engenho Santa Fé, situados em Água Preta.	
Juiz de Paz suplente	1834	Freguesia da Várzea	José Timotheo Pereira Bastos (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz suplente	1834-1835	1º Distrito do Colégio, Freguesia de Santo Antônio	Antônio da Silva Gusmão (?-?)	Em 1832 foi designado 2º Comandante da Guarda Municipal voluntária. Nessa época possuía "loja de fazendas" no pátio da Igreja Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, em Santo Antônio. Poucos anos depois, parece ter mudado o endereço da loja e de sua residência para perto dali, para um sobrado de esquina na rua do Queimado (atual Duque de Caxias). Quando exercia o posto de Juiz de Paz suplente, Gusmão teve de enfrentar um conflito armado que fez parte do movimento conhecido como "Carneiradas", no qual estiveram envolvidos liberais moderados e exaltados de Pernambuco.	
Juiz de Paz suplente	1835	Freguesia da Boa Vista	João Domingues da Silva (?-?)	Foi indiciado em um processo de responsabilidade por ter se envolvido no episódio conhecido como "Carneiradas", no início de 1835. Foi suspenso durante o processo, que teve início em abril. Certamente continuou a exercer as funções na falta do Juiz efetivo e por falta de provas para condená-lo.	

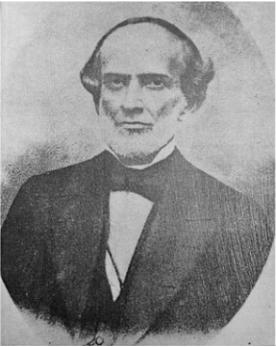
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Direito/Chefe de Polícia interino	1833	Recife	Joaquim Aires de Almeida Freitas (?-1849)	Natural da Bahia. Estudou Direito na Universidade de Coimbra, formando-se em 1825. Voltando ao Brasil, foi Ouvidor em Pernambuco antes de ocupar interinamente o lugar de Juiz de Direito/Chefe de Polícia dessa localidade. Posteriormente foi nomeado Juiz de Direito de Natal, no Rio Grande do Norte (1834), onde também ocupou o lugar de Vice-Presidente (1837-1838). Foi ainda Juiz de Direito na Bahia (1843) e chegou ao posto de Desembargador da Relação de Pernambuco (1847).	*Clóvis Beviláqua identificou dois homônimos que se formaram na Faculdade de Olinda (1849) e no Recife (1855), nascidos, respectivamente, na Bahia e em Pernambuco. Não foi possível saber se possuíam algum grau de parentesco/se eram descendentes desta autoridade. De qualquer forma, vê-se, na obra de Sacramento Blake, que o primeiro deles viveu e morreu na Bahia, deixando alguns escritos literários.
Juiz de Direito/Chefe de Polícia	1833-1834	Recife	Francisco Maria de Freitas e Albuquerque (1803-1879)	Natural da Bahia. Estudou Leis na Universidade de Coimbra, formando-se provavelmente em 1825. Voltando ao Brasil, foi Ouvidor no Recife (1827). Posteriormente, exerceu as funções de Desembargador nos Tribunais do Maranhão (1846) e da Bahia (1852). Chegou ao posto de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1868).	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia interino	1833-1834	Recife	Firmino Pereira Monteiro (1808-1878)	Natural do Rio de Janeiro. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1832. Atuou como Juiz de Direito nas comarcas do Limoeiro (1833-1840) e Cabo (1840-1851). Foi nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco (1851) e do Rio de Janeiro (1855), chegando a ocupar o lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1875). Recebeu a comenda da Ordem de Cristo e o título de Conselheiro.	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia interino	1834	Recife	Antônio de Araújo Ferreira e Jacobina (?-?)	Natural de Santo Antônio de Jacobina, na Bahia. Estudou Filosofia e Leis na Universidade de Coimbra, formando-se em 1821. Foi Ouvidor na Comarca do Sertão (depois Comarca de Garanhuns) em 1828.	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia	1834	Recife	Bento Joaquim de Miranda Henriques (?-?)	Natural de Pernambuco, estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1832. Foi membro do Conselho de Presidência de Pernambuco em 1823, representante dessa província na Assembleia Geral Legislativa entre 1826 e 1829, Vereador na Câmara Municipal do Recife entre 1829 e 1832.	

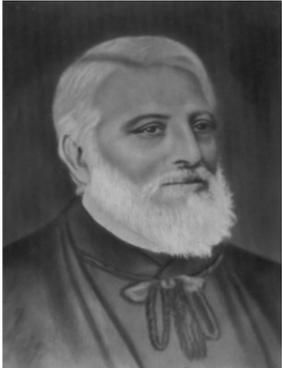
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Direito/Chefe de Polícia	1835	Recife	Joaquim Nunes Machado (1809-1849)	Natural de Goiana, Pernambuco. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1832. Além de Chefe de Polícia, foi Deputado na Assembleia Geral e na Assembleia Provincial de Pernambuco durante a década de 1830. Foi morto no Recife em fevereiro de 1849 por um tiro disparado em meio aos confrontos da Revolução Praieira. Um dos responsáveis por retratar Machado como “herói” praieiro, Pereira da Costa, indicou que este juiz/desembargador era “modesto cultor das musas” e escreveu alguns sonetos.	
Prefeito de Comarca*	1836-1837/1841	Recife	Manoel do Nascimento da Costa Monteiro (?-?)	Major reformado de 1ª linha do Exército. Antes de atuar como Prefeito, foi membro do Conselho Geral da Província de Pernambuco, Deputado-provincial suplente, Juiz de Paz do distrito de Santa Cruz (Boa Vista) do Recife. Também há informação de que foi eleito Vereador na mesma capital. Em dezembro de 1841 foi concedida a sua demissão do cargo de Prefeito, que ele havia deixado por volta de 1837. Não se sabe se, entre 1837 e 1841, ele teria retomado o posto, porque ocupou o mesmo como efetivo justamente nesse período.	*Em Pernambuco, diferentemente de São Paulo, a criação deste cargo substituiu os de Juiz de Paz e Juiz de Direito/Chefe de Polícia. A rigor, a mudança durou até a Reforma do Código do Processo (1841), mas as Prefeituras pernambucanas funcionaram até a entrada em exercício das novas autoridades, em meados de 1842.
Prefeito de Comarca	1836	Goiana	João Paulo de Carvalho (?-?)	Natural de Pernambuco. Formou-se na Faculdade de Olinda em 1833. Antes de atuar como Prefeito, foi Juiz Municipal do Recife (1834). Posteriormente, ocupou o lugar de Juiz de Direito em Garanhuns.	
Prefeito de Comarca	1836	Goiana	Clemente José Ferreira da Costa (?-?)	Natural de Pernambuco. Fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1834. Foi convocado a participar de sessões do Júri do Tribunal do Recife em 1843 e 1846. Entre 1843 e 1847, foi Procurador Fiscal interino da Tesouraria da província. Foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife.	
Prefeito de Comarca	1837	Recife	José Carlos Teixeira (?-?)	Sabe-se apenas que foi Alferes do Esquadrão de Linha do Recife em 1822.	
Prefeito de Comarca	1837-1841	Recife	Francisco Antônio de Sá Barreto (?-?)	Natural de Pernambuco, filho homônimo do senhor do engenho Jardim, em Jaboatão. Provavelmente nasceu no último quartel do século XVIII e faleceu em meados do século XIX - em 1855, sua esposa solicitou pagamento de soldos vencidos do finado e, em 1857, um anúncio sobre a venda do engenho Sicupemainha (ou Sucupema) identificava-o como falecido. Do seu casamento com Maria José da Felicidade Paes Barreto foi primo de Joaquim Nabuco, (do Morgado de Cabo de S. Agostinho) nasceu Anna Benigna de Sá nasceu por volta de 1833 e faleceu Barreto (1816-1902), futura esposa de José Thomaz Nabuco de Araújo em 1914 [Filho] (1813-1878). Sá Barreto era Tenente quando foi nomeado para o cargo de Prefeito. Ele foi Comandante do Corpo Municipal Permanente (1833-1835) e do Corpo Policial (1836). Foi último Prefeito efetivo dessa comarca, atuando até os últimos meses de 1841.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Prefeito de Comarca interino	1837	Recife	José Thomaz Nabuco de Araújo [Filho] (1813-1878)	Natural da Bahia. Pai de Joaquim Nabuco e filho do Senador homônimo (falecido em 1850). Fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1835. Foi Promotor Público e Juiz de Direito em Pernambuco. Anos depois passou a viver na Corte, onde exerceu a advocacia e foi Deputado-geral. Em 1850, passou a Senador. Foi Presidente da Província de São Paulo em 1852 e no ano seguinte ocupou o lugar de Ministro da Justiça (até 1857) - que voltaria a ocupar em duas ocasiões (1858-1859 e 1865-1866). Recebeu as condecorações de Oficial da Ordem da Rosa, Grã-Cruz da Ordem de Cristo e Conselheiro do Imperador. Fundou periódicos, foi autor de diversos discursos, alguns manifestos e projetos, como o <i>Projeto de Código Civil</i> (não concluído) e <i>Elemento servil</i> (1869).	
Subprefeito	1837-1841	Freguesia de S. Antônio	Luis Francisco Barbalho (?-?)	Sabe-se que foi convocado a ocupar o lugar de jurado no Tribunal do Recife em 1834 e que em 1839 também atuou como Subprefeito do Recife, interinamente.	
Prefeito de Comarca	1836	Nazareth	Antonio Pereira Barroso de Moraes (?-?)	Natural de Pernambuco. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1835. Foi Deputado-provincial em três Legislaturas (3ª, 6ª e 7ª).	
Prefeito de Comarca	1842	Rio Formoso	João Manoel de Barros Wanderley Lins (?-?)	Coronel. Ele, seus filhos e outros familiares estavam envolvidos em desembarques de africanos na região do Cabo de S. Agostinho desde, pelo menos, 1851, segundo uma publicação do jornal <i>Echo Pernambucano</i> . Em 1855, foi comprovado seu envolvimento num dos últimos desembarques de africanos no Brasil imperial, o de Sirinhaém. Ele teria consignado a embarcação vinda da África. Em meados do ano seguinte, houve um "varejo" em seu engenho, mas o coronel havia se evadido. Foi o último a ocupar o posto nessa comarca, até maio de 1842.	
Chefe de Polícia	1842-1843	Recife	Antônio Ignácio de Azevedo (?-1873)	Nasceu na Bahia, entre fins do século XVIII e início do século XIX. Em 1824, formou-se em Leis na Universidade de Coimbra. Durante a década de 1820, exerceu os cargos de Juiz de Fora (Bahia), Provedor da Fazenda (Bahia), Ouvidor (Ceará) e Desembargador (Maranhão). Em janeiro de 1842 foi nomeado Chefe de Polícia de Pernambuco e, em 1843, Desembargador da Relação pernambucana. Exerceu o cargo de Presidente da Província da Bahia em 1846. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1857.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia interino	1842	Recife	Jerônimo Martiniano Figueira de Mello (1809-1878)	Natural de Sobral, no Ceará. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1832. Foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Fortaleza em 1833 e da comarca do Brejo, em Pernambuco, em 1841. De 1844 a 1849 ficou encarregado, por decisão do governo pernambucano, pela elaboração de uma obra estatística para a província de Pernambuco. Nos anos de 1842, 1845 e 1849 assumiu a chefia de polícia de Pernambuco interinamente. Acabou sendo nomeado para o posto no referido ano de 1849, ficando até 1852. Chegou a exercer o cargo de Chefe de Polícia da Corte, no Rio de Janeiro, em 1854. De 1873 a 1876, foi Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi um dos fundadores da Sociedade Estatística do Brasil criada em 1854. Entre outros escritos seus estão: <i>Dos poderes e obrigações dos júris por sir Richard Thilips</i> (1832), <i>Crônica da rebelião praieira em 1848 e 1849</i> (1850), <i>Ensaio sobre a estatística política e civil da província de Pernambuco</i> (1852), <i>Análise e comentário crítico da proposta do governo imperial sobre o elemento servil por um magistrado</i> (1871) e <i>Relatório e contas da subscrição promovida em favor das vítimas da seca do Ceará pela comissão cearense</i> (1879).	
Chefe de Polícia	1842-1843	Recife	Domingos Nunes Ramos Ferreira (1791-1850)	Natural de Portugal. Estudou em Coimbra, formando-se em leis em 1815. Foi depois Ouvidor da comarca do Rio Negro e, em 1829, tomou posse como Desembargador da Relação do Maranhão, mas, em 1833, foi removido para a Relação de Pernambuco. Foi presidente interino do dessa Relação em 1847.	
Chefe de Polícia interino	1843-1844	Recife	Caetano José da Silva Santiago (1803-1880)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1832. Foi Juiz de Direito em comarcas da Paraíba (1833), Rio de Janeiro (1841) e Pernambuco (1841-1846). Entre 1853 e 1854, voltou a assumir o expediente da Secretaria de Polícia interinamente. Atuou ainda como Adjunto no Tribunal do Comércio de Pernambuco (1855), Desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco (1851), Procurador da Coroa (1858) e Presidente do Tribunal pernambucano (1869-1872). Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em abril de 1875, mas em setembro do mesmo ano aposentou-se. Obteve as condecorações de Conselheiro e a comenda da Ordem da Rosa.	
Chefe de Polícia	1844-1847	Recife	Antônio Affonso Ferreira (1812-1850)	Nasceu na cidade do Recife. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1834. No ano seguinte ocupou o posto de Chefe de Polícia de Pernambuco interinamente. Foi Juiz Municipal no Rio Formoso de 1836 a 1843. Entre 1845 e 1848, foi Deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco. Ocultou-se durante a Revolução Praieira e em 1850 partiu para Lisboa, onde morreu. Também foi retratado como “mártir” da Revolução por Pereira da Costa.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia interino	1845	Recife	Antônio Joaquim de Siqueira (1805-1859)	Natural do Rio de Janeiro. Estudou Direito em Coimbra até o 3º ano, transferindo-se para o curso da faculdade de São Paulo e aí formando-se em 1831. Foi Juiz de Fora (1832) e Juiz de Direito (1833) em localidades da província de Santa Catarina, onde chegou a ser Vice-Presidente (1837). Também atuou como Deputado-provincial na Assembleia catarinense em 5 Legislaturas (de 1835 a 1845). Foi nomeado Desembargador da Relação de Pernambuco (1843) e do Rio de Janeiro. Deixou esse tribunal ao ser nomeado para a Presidência da província do Rio Grande do Norte (1848). Foi ainda Presidente da Província do Espírito Santo (1849). Recebeu as condecorações da Ordem de Cristo e Moço Fidalgo da Casa Imperial.	
Chefe de Polícia interino	1845	Recife	José Francisco de Arruda Câmara (1802-1862)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1834. Era Juiz de Direito e Deputado-geral por Pernambuco quando se envolveu na Revolução Praieira, sendo condenado em 1849.	
Chefe de Polícia	1848	Recife	Antônio Henrique de Miranda (?-?)	Natural de Pernambuco. Formou-se no curso jurídico de Olinda em 1832. Em 1845 foi eleito Deputado-geral pela província do Ceará. Em janeiro de 1848, foi removido do cargo de Chefe de Polícia da Província do Rio Grande do Norte, passando a exercer o lugar de Juiz de Direito de Maceió. Exerceu o cargo Chefe de Polícia de Pernambuco entre agosto e outubro de 1848. Teria sido do “partido praieiro” e foi substituído quando os Conservadores voltaram a liderar na Corte. Não há informação de que tenha resistido a entregar o cargo, como outros praieiros.	
Chefe de Polícia	1848	Recife	Firmino Antônio de Souza (?-1868)	Natural da Bahia. Estudou Direito em Coimbra, formando-se em 1826. Ocupou o lugar de Juiz de Direito em comarcas de Alagoas e Goiás na década de 1830. Foi acusado, pelos praieiros, de negligência em relação aos abusos policiais por volta de novembro de 1848, quando ele estava no cargo de Chefe de Polícia. Em 1855, foi nomeado Presidente do Tribunal do Comércio de Pernambuco. Atuou como Desembargador da Relação da Bahia (1864-1868). Recebeu a condecoração de Comendador da Ordem de Cristo.	
Chefe de Polícia	1849-1852	Recife	Jerônimo Martiniano Figueira de Mello*	*Citado anteriormente.	
Chefe de Polícia interino	1850-1853	Recife	José Nicolau Regueira Costa (1814-1877)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1838. Atuou como Juiz Municipal em Recife (1841-1850). Foi Desembargador nos Tribunais do Ceará e de Pernambuco. Traduziu, do latim, parte das <i>Instituições do Direito Civil Lusitano</i> , de Pascoal José de Mello Freire, trabalho publicado em 1839. Contribuiu com o periódico <i>A Carranca</i> (PE, 1845-1847).	

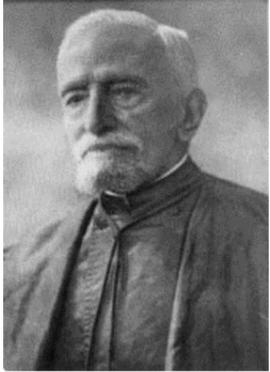
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia interino	1853	Recife	Manoel Clementino Carneiro da Cunha (1825-1890)	Natural da Paraíba. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1848. Atuou como Juiz de Direito, foi Deputado-geral pela província de Pernambuco em duas legislaturas (1869-1875). Assumiu a presidência das províncias da Paraíba (1857-1860), do Amazonas (1860-1863) e de Pernambuco (1867-1868). Foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Publicou um artigo intitulado "Reflexões sobre o fundamento da divisão do poder legislativo em duas câmaras" na revista <i>Polimático</i> (1846).	
Chefe de Polícia interino	1853-1854	Recife	Caetano José da Silva Santiago*	*Citado anteriormente.	
Chefe de Polícia	1854-1856	Recife	Luis Carlos de Paiva Teixeira (1811-1886)	Natural do Rio de Janeiro. Fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, bacharelando-se em 1834. Foi Juiz Municipal e de Órfãos de Parati, Rio de Janeiro (1843); Juiz de Direito em comarcas do Piauí (1851), São Paulo (1856) e Rio de Janeiro (1860). Também atuou como Chefe de Polícia nas Províncias do Piauí (1861) e Rio de Janeiro (1867), chegando a ser nomeado para assumir esse cargo no Rio Grande do Sul (1854). Assumiu o governo da Província do Piauí como Vice-Presidente em 1853. Tornou-se Desembargador da Relação da Corte em 1866. Vinte anos depois, em 1886, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.	
Chefe de Polícia interino	1856	Recife	Polycarpo Lopes de Leão (1814-1882)	Natural da Bahia. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1843. Foi Juiz de Direito, Chefe de Polícia das províncias do Amazonas e do Maranhão, Presidente das províncias de São Paulo (1860) e Rio de Janeiro (1863). Chegou ao lugar de Desembargador da Relação da Corte (1866-1871), atuando depois como advogado. Aposentou-se com as honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e é conhecido por ter obtido apoio do governo imperial para a imigração de europeus para o Brasil. Recebeu a condecoração de Conselheiro do Imperador. Publicou alguns escritos breves: <i>Como pensa sobre o elemento servil o doutor Polycarpo Lopes de Leão</i> (1870), <i>Considerações sobre a constituição brasileira</i> (1872), entre outros.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1858-1861	Recife	Tristão de Alencar Araripe [1°] (1821-1908)	Natural de Icó, Ceará. Começou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, mas transferiu-se para São Paulo, onde se formou em 1845. Atuou como Juiz Municipal e de Órfãos na comarca de Fortaleza, Ceará (1847), Juiz de Direito no Pará (1854) e Juiz do Comércio no Recife (1861). Também foi Chefe de Polícia no Espírito Santo (1856-1858); Presidente das Províncias do Rio Grande do Sul (1876-1877) e do Pará (1885-1886); Desembargador das Relações da Corte (1871/1874) e de São Paulo (1873). Assumiu a cadeira de Deputado-provincial na Assembleia do Ceará (1849-1850) e de Deputado-geral em 4 legislaturas (de 1869 a 1889). No período republicano, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (1891). Era sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre muitos escritos, destaque-se: <i>Consolidação do processo criminal do Império do Brasil</i> (1874), <i>Código civil brasileiro ou leis civis do Brasil...</i> (1885), <i>Mapas estatísticos da população da província do Espírito Santo</i> (1856), <i>Discurso sobre as providências relativas às secas do Ceará</i> (1877), <i>Movimento colonial da América</i> (1892).	
Chefe de Polícia	1861-1862	Recife	José Antônio Vaz de Carvalhaes (1823-1888)*	Natural de São Paulo. Estudou no curso jurídico paulista, formando-se em 1847. Foi Juiz Municipal e de Órfãos de São Paulo e termos anexos (1848-1854). Chegou a ser nomeado Delegado da capital (1849), mas não se sabe se assumiu o posto. Atuou como Juiz de Direito de Castro (1854), Paraná, e Chefe de Polícia da mesma província (até 1858). Assumiu a Vice-Presidência da Província do Paraná em duas ocasiões (1856 e 1876). Depois de atuar como Chefe de Polícia em Pernambuco, foi designado Juiz de Direito do Bananal, em São Paulo (1864-1867). Na década de 1870, integrou o Partido Conservador da província paulista.	*Há documentos a ele remetidos que o nomeiam "João", mas, na lista de bacharéis de São Paulo, ele consta como "José".
Chefe de Polícia	1863-1864	Recife	Abílio José Tavares da Silva (?-1871)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1849. Também foi Chefe de Polícia do Ceará (1857-1859) e do Maranhão (1860-1861). Foi nomeado para a Presidência do Piauí (1860), mas não consta que tenha assumido o posto. Ele atuou como Vice-Presidente de Pernambuco por um curto período em 1867.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1864-1865	Recife	José Pereira da Silva Moraes (?-?)	<p>Natural da Bahia. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, em 1852. Atuou como Chefe de Polícia da Bahia (1860) e de Alagoas (1862); como Juiz de Direito, atuou em comarcas do Espírito Santo (1861), do Rio Grande do Norte (1871) e da Bahia (1878). Ele se envolveu numa situação de tensão com o Presidente da Província Antônio Borges Leal Castello Branco (1816-1871) entre abril e maio de 1865, quando atuava como Chefe de Polícia. Moraes sugeriu que o caso de um africano preso na Casa de Detenção havia cinco anos, supostamente chegado ao Brasil depois da proibição do tráfico, não era da jurisdição da Polícia, confrontando as averiguações solicitadas pelo Presidente. Deixou o cargo logo depois, em julho de 1865, removido para a Província de São Paulo, entretanto não foram encontradas referências que confirmem sua atuação como Chefe de Polícia nessa localidade. De qualquer forma, em fevereiro de 1866 tomou posse como Presidente da Província de Sergipe, onde também foi nomeado presidente do Instituto Agrícola. Devido à sua atuação nessa última localidade, foi agraciado com a Imperial Ordem da Rosa. Já em fins da década de 1870, foi processado por crime de responsabilidade enquanto atuava como Juiz de Direito na comarca de Santo Amaro, Bahia, sendo absolvido pelo Tribunal da Relação dessa província.</p>	
Chefe de Polícia	1865-1866	Recife	Eduardo Pindaíba de Mattos (1831-1913)	<p>Natural do Maranhão. Estudou em Olinda, onde recebeu o grau de bacharel em Direito em 1851. Além de Pernambuco, atuou como Chefe de Polícia em várias localidades: Rio Grande do Sul (1859-1861), Minas Gerais (1862-1863), Espírito Santo (1863-1865), Rio de Janeiro (1867) e Corte (1879-1880). Assumiu a Vice-Presidência da Província do Rio de Janeiro em três ocasiões entre 1867 e 1868. Foi nomeado Desembargador da Relação do Ceará (1878), Ministro Adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça (1881) e, já no período republicano, foi Ministro (1894) e Presidente (1908) do Supremo Tribunal Federal. Obteve o título do Conselho (1885).</p>	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1866-1867	Recife	Felinto Henrique de Almeida (?-1914)	Natural da Paraíba. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1849. Seu pai era Desembargador da Relação de Pernambuco. Felinto foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos dos termos de Pilar e Ingá, na Paraíba (1857). Na mesma localidade do Pilar, exerceu as funções de Juiz de Direito (1865). Também atuou como Juiz de Direito na comarca de Itambé, Pernambuco (1869-1872), e na de Alcantara, Maranhão (1873-1875). Atuou como Juiz de Direito cível no Recife (1878). Foi exonerado a pedido do cargo de Chefe de Polícia de Pernambuco. Também tomou assento como Deputado-provincial na Paraíba em duas Legislaturas (1858-1861) e como Deputado-geral pela sua província natal (1864). Em 1878, ele participou do Congresso Agrícola do Recife. Recebeu a condecoração de Oficial da Ordem da Rosa.	
Chefe de Polícia	1867-1868	Recife	Pedro Francelino Guimarães (?-1911)	Natural da Bahia. Fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1850. Foi Juiz de Direito das Comarcas de Lagarto, Sergipe (1864); São Mateus, província do Espírito Santo (1866); J. José de Mipibú, no Rio Grande do Norte (1869); e de Salvador, Bahia (1882). Exerceu o lugar de Promotor Público na Bahia (1860-1863). Também atuou como Chefe de Polícia da Província da Bahia (1854 e 1865) e de Minas Gerais (1866-1867). Tornou-se Desembargador, chegando a ser Presidente do Tribunal da Relação da Bahia (1892).	
Chefe de Polícia interino	1869	Recife	Francisco de Assis de Oliveira Maciel (?-1894)	Natural de Pernambuco. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1849. Foi nomeado Juiz Municipal de Paud'Alho (1851), do Rio Formoso (1852) - acumulando o cargo com o de Delegado. No Recife, atuou como Juiz Municipal (1853 e 1856) e Juiz de Direito (1855), atuando inclusive na vara de Órfãos (1872). Exerceu os lugares de Juiz Municipal (1858) e Juiz de Direito (1860-1861) em Ipu, no Ceará. Quando deixou essa província, em 1861, foi acompanhado por vários amigos e veneradores, conforme uma testemunha coeva. Como Chefe de Polícia, atuou também em Alagoas (1861-1862) e, interinamente, no Ceará (1868). Foi eleito Deputado-provincial e Vereador do Recife em 1849. Foi também Presidente da província do Ceará (1872-1873) e de Pernambuco (1877-1878), além de Desembargador da Relação pernambucana (1877) e Procurador da Coroa (1887).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1871-1872	Recife	Hermogenes Socrates Tavares de Vasconcellos (?-1895)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1857. Foi Delegado (1857) e Promotor Público (1858) de Limoeiro. Também foi Chefe de Polícia do Pará (1870-1871). Exerceu ainda as funções de Juiz Municipal da 1ª Vara no Recife (1860-1864); de Juiz de Direito nas comarcas: do Recife (1860, interinamente); do Crato, Ceará (1866); de Goiana, Iguarassú e Olinda - todas em sua província natal (nomeado nos anos de 1872, 1873 e 1875, respectivamente). Em 1877, contribuiu financeiramente com a libertação de cinco escravos numa "sessão literária" que teve lugar no Teatro de S. Isabel. Nesse mesmo ano, voltou a exercer as funções de Chefe de Polícia de Pernambuco, mas como interino. Tornou-se nomeado Desembargador da Relação pernambucana no final do regime imperial (1886).	
Chefe de Polícia	1873-1877	Recife	Antônio Francisco Correia de Araújo (1845-1886)	Natural de Pernambuco. Realizou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1866. Foi o Chefe de Polícia que mais tempo permaneceu no cargo em Pernambuco, quase quatro anos (de junho de 1873 a abril de 1877). Exerceu as funções de Juiz Municipal e de Órfãos do termo de S. Romão, em Minas Gerais (1868). Atuou como Juiz de Direito na comarca de Floresta, em Pernambuco (1880), e de Maranguape, no Ceará (1882). No início da década de 1880, foi Deputado-provincial pelo partido conservador pernambucano e foi sócio honorário do "Club Literário de S. Bento". Era senhor do engenho Camaragibe, em Escada, Pernambuco, e obteve a condecoração de Oficial da Ordem da Rosa.	
Chefe de Polícia interino	1877	Recife	Manoel da Silva Rego (?-?)	Natural de Pernambuco. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1852. Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Tacaratu (1870), de Barreiros (1873) e de Palmares (1874-1877). Também foi Chefe de Polícia do Ceará (1873), Deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco e chegou a ser Desembargador no Tribunal da Relação de Pernambuco (1888-1890).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1878	Recife	Segismundo Antônio Gonçalves (1845-1915)	Natural de Barras, província do Piauí. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1866. Atuou como Promotor Público, Juiz Municipal e Juiz Substituto em Alcântara, província do Maranhão (1867-1872). Foi Juiz de Direito das comarcas de Bragança, Pará (1872-1877); de Bom Jardim, Pernambuco (1882-1883); e de São José dos Campos, São Paulo (1884-1885). Na política, foi Deputado-geral por Goiás (1878-1881) e por Pernambuco (1885), filiando-se ao Partido Liberal. Tomou posse como Presidente da Província de Pernambuco na véspera da Proclamação da República, deixando o cargo após um dia de exercício. Nos primeiros anos republicanos, atuou como Juiz de Direito e Juiz do Comércio do Recife, chegando a ocupar assento no Senado e a ser nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça pernambucano. Além disso, governou o estado de Pernambuco durante dois períodos (1899-1900 e 1904-1908). Teria comprado o <i>Jornal do Recife</i> em 1887.	
Chefe de Polícia	1880	Recife	Joaquim José de Oliveira Andrade (?-1923)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1858. Atuou como Promotor na comarca de Pau d'Alho (1860), Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Nazareth (1860-1864), ambas de Pernambuco. Exerceu as funções de Juiz de Direito na comarca de Bananeiras (1866), na Paraíba, e na de Barras (1874), no Maranhão. Quando atuou nessa localidade e cargo, foi vítima de espancamento. Permaneceu como Chefe de Polícia de Pernambuco apenas alguns meses, de janeiro a abril de 1880. Foi Presidente da mesma província entre 1888 e 1889. Aposentou-se com as honras de Desembargador.	
Chefe de Polícia	1880	Recife	André Cavalcanti de Albuquerque (1834-1927)	Natural de Pesqueira, Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1859. Foi Promotor Público no Recife (1860) e em Cabo de S. Agostinho (1868). Atuou como Juiz de Direito em Bom Jardim (1878) e Pedras de Fogo (1891), ambas localidades de Pernambuco. Foi Deputado-provincial nessa província em duas Legislaturas. Assumiu a chefia da Polícia em abril de 1880 e, em junho do mesmo ano, foi designado para o mesmo posto na província da Bahia. No período republicano, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo eleito Presidente do mesmo em 1924. Obteve as condecorações do Santo Sepulcro e Grã-Cruz da Ordem de Cristo.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1880-1881	Recife	Francisco Manoel Paraíso Cavalcanti (1837-1899)	Natural da Bahia. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1859. Atuou como Juiz de Direito nas comarcas do Rio S. Francisco, em Minas Gerais (1868); de Alcobaça, na Bahia; e de Laranjeiras, no Sergipe (1876). Em 1880, chegou a ser nomeado Chefe de Polícia da Bahia, mas foi removido para a de Pernambuco por ordem do governo imperial. Foi nomeado desembargador da Relação de Goiás em 1887, chegando a se tornar Presidente do mesmo tribunal. Aposentou-se da carreira da magistratura em 1894. Nessa época, ainda foi eleito deputado do estado de Minas Gerais, para a 2ª Legislatura (1894-1896).	
Chefe de Polícia	1881-1883	Recife	Joaquim da Costa Ribeiro (1831-?)	Natural da Paraíba. Foi avô do físico de mesmo nome. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1851. Chegou ao posto de Desembargador, mas não se sabe de qual Tribunal. Sacramento Blake afirma que Ribeiro "teve comércio com as musas" durante a juventude; ele escreveu <i>Horas Vagas</i> (1851), livro de poesias que ganhou uma segunda edição e teria sido elogiado por Alexandre Herculano.	Seu Secretário foi o Dr. Eduardo de Barros Falcão de Lacerda
Chefe de Polícia	1883-1884	Recife	Raymundo Theodorico de Castro e Silva (?-?)	Natural do Ceará. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1863. Atuou como Juiz Municipal da comarca de Ipu (1865-1869), no Ceará, e Juiz de Direito em Buique (1875), em Pernambuco. Tomou assento como Deputado-provincial na Assembleia cearense (1868-1869). Era do Partido Liberal. Foi Presidente da Província do Ceará (1884-1885).	Seu Secretário foi o Dr. Eduardo de Barros Falcão de Lacerda
Chefe de Polícia	1885-1887	Recife	Antônio Domingos Pinto [Júnior]* (?-1919)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife - na mesma turma que Antonio Pedro Ferreira Lima (Chefe de Polícia de São Paulo entre 1887-1888) -, formando-se em 1867. No ano seguinte, atuou como Subdelegado da freguesia de Santo Antônio. Foi nomeado Promotor de Pau D'Alho (1869), atuou como Juiz de Direito nas comarcas de Tacaratu, Pernambuco (1874-1879), e na de Paulo Afonso, em Alagoas (1881-1885). Depois da atuação como Chefe de Polícia, assumiu a vara dos Feitos da Fazenda de Pernambuco. Tomou assento como Deputado-provincial nessa província na década de 1870. Tornou-se Desembargador do Tribunal pernambucano e, depois de aposentado, passou a viver no Rio - já no período republicano. Ele representou Pernambuco na Exposição Nacional de 1908.	*Em 1884, pediu para que o "Júnior" fosse eliminado de sua matrícula como Juiz de Direito.

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1887-1888	Recife	Francisco Domingues Ribeiro Vianna (?-1893)	Natural de Pernambuco. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1866. No ano seguinte, foi nomeado Promotor Público da comarca de Flores. Foi designado a ocupar o mesmo cargo no Brejo (1868-1869). Atuou como Juiz de Direito em Flores (até 1874) e no Recife (1890), onde ocupou a vara da Provedoria. Foi eleito Deputado-provincial de Pernambuco em 1869. Chegou ao posto de Desembargador do Tribunal pernambucano.	*Foi localizado um homônimo, provavelmente seu filho, formado em 1893 e que foi Promotor em Castro, no então estado do Paraná.
Delegado	1842	1º Distrito do Recife	Francisco Carlos Brandão (?-?)	Natural de Pernambuco. Os jornais pernambucanos dão conta de que era bacharel, mas não se sabe em qual local estudou e em que ano se formou, pois não foi possível localizar seu nome nas listas das faculdades de Direito do Império, nem no repositório da de Coimbra. Chegou a servir como Chefe de Polícia interino no mesmo ano de 1842 e atuou como Juiz Municipal no Recife por volta de 1843. Foi Deputado-geral por Pernambuco em cinco legislaturas, de 1853 a 1868.	
Delegado	1843-1844	1º Distrito do Recife	Joaquim José da Fonseca (?-?)	Natural de Pernambuco. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1839. Exerceu a advocacia no Recife durante a década de 1840. Em 1849, foi eleito Deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco.	
Delegado	1843	2º Distrito do Recife	Ignácio de Barros Barreto (1828-?)	Natural de Pernambuco. Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1849. Foi proprietário rural e sócio-fundador da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Escreveu a <i>Memória acerca da organização do novo governo representativo</i> (1848), <i>Doze proposições sobre a legitimidade religiosa da verdadeira tolerância dos cultos por Ephraim</i> (1864) e <i>Melhoramento do fabrico do açúcar: ofício e relatório dirigidos ao presidente da província de Pernambuco</i> (1874).	
Delegado	1857-1858	2º Distrito do Recife	João Francisco Xavier Paes Barreto (1828-?)	Natural de Pernambuco. Filho de Francisco Xavier Paes de Mello (1764-1836), que foi Juiz de Paz de Sirinhaém e irmão do Conselheiro Francisco Xavier Paes Barreto (1821-1864)*. João Francisco atuou como Subdelegado na freguesia de Jaboatão em 1856. Durante o exercício desse cargo e do de Delegado, escreveu <i>Uma Estatística: série de quadros concernentes a Freguesia de Jaboatão</i> (1857), dedicada ao Chefe de Polícia Polycarpo Lopes de Leão. Em 1859, sofreu um atentado a tiro, do qual escapou, retirando-se para o interior da Bahia. Voltou a Pernambuco na década de 1860, passando a residir em S. Lourenço da Matta, onde se candidatou ao posto de Juiz de Paz. Chegou a comandar batalhões da Guarda Nacional e da reserva do Exército, obtendo o posto de Tenente-coronel. Foi proprietário, morador ou rendeiro do engenho Mato-Grosso, em Jaboatão.	*Existem três homônimos na lista de bacharéis da Faculdade de Olinda/Recife: o 1º se formou em 1842, o 2º em 1878 e o 3º em 1912. Não foi possível confirmar se o 1º era o Delegado em questão (na hipótese de a lista ter omitido o "João" do nome) ou se se tratava de seu irmão. Isto porque, após a morte deste e até 1878, as publicações dos jornais se referiram a um João Francisco como Doutor.
Delegado	1859	Olinda	Boaventura de Mello Castello Branco*	*Citado anteriormente.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Delegado	1874-1875	Recife	Demócrito Cavalcante de Albuquerque [Mello] (1850-1904)	Nasceu em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Filho de Félix Cavacanti de Albuquerque Mello, ele se formou em Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, em 1873. Foi nomeado Delegado no ano seguinte e, depois de exonerado, passou a auxiliar o Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial (1875). Foi ainda Secretário do governo da província do Pará (1886), Inspetor da Alfândega da mesma localidade (1889), Inspetor da Tesouraria de Pernambuco (1890) e Diretor do Tesouro Nacional (1891).	
Delegado	1877	1º Distrito do Recife	Francisco de Paula Lacerda de Almeida (1850-1943)	Natural de Pernambuco. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1872 e defendeu tese para obtenção do grau de Doutor em 1877. Nesse mesmo ano, foi nomeado para o cargo de Delegado, que exerceu por apenas dois meses, tendo pedido a exoneração. Já no período Republicano, foi Deputado e lente da Escola Normal no Rio Grande do Sul. Participou da Comissão Revisora do Código Civil elaborado por Clóvis Beviláqua. Entre outras obras, escreveu: <i>Das pessoas jurídicas</i> (1905) e <i>Direito das Coisas</i> (1908). Traduziu do latim, acrescentando introdução e notas, a obra <i>Institutas de Direito Publico Ecclesiastico</i> , do cardeal jesuíta Camillo Tarquini.	
Subdelegado	1842-1844	Itamaracá	Francisco Cordeiro Cavalcante (?-?)	Tenente-coronel em 1849, quando foi nomeado comandante do 2º Batalhão da 2ª Legião da Guarda Nacional. Em 1852 aparece como proprietário da “engenhoca” Catoaminha. Foi eleito Vereador de Itamaracá em 1868.	
Subdelegado suplente	1850	Freguesia de S. José	Manoel José Luís Bastos (?-?)	Sem informação.	
Subdelegado suplente	1850-1852	Freguesia de S. José	Francisco Batista de Almeida (?-1883)	Tabelião público de notas à época em que atuava como Subdelegado. Em 1842, foi escrivão dos Feitos da Secretaria da Fazenda; em 1845, foi depositário geral do Tribunal da Relação de Pernambuco. Foi eleito Vereador do Recife em 1852 e convocado para compor o Júri da capital em diversas ocasiões na década de 1850.	
Subdelegado	1864	Ingazeira	Severino José de Almeida Pedroza (?-?)	Em 1859 era Alferes do Batalhão de Infantaria de Tacaratu, na região da comarca de Flores. Sua promoção ao posto de Tenente teria ocorrido em 1880.	*Seu nome aparece como "José Severino" em algumas publicações de periódicos. O nome aqui indicado deve-se a um ofício assinado por essa autoridade (publicado no <i>Diário de Pernambuco</i> , 1864, n. 145, p. 2)

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz Municipal*	1835	Cabo	Francisco Elias do Rego Dantas (1807-1869)	Natural de Pernambuco. Estudou na Faculdade de Olinda, formando-se em 1834. Como outros Juizes Municipais, acumulou as funções de Juiz de Órfãos, exercendo-as na mesma vila e período. Foi Juiz de Direito, para a vara cível, nas comarcas de Nazareth (1842), de Vitória de S. Antão (1849) e do Cabo (1852-1861). Atuou como Chefe de Polícia na província do Amazonas (1861). Foi eleito Deputado-provincial, como efetivo e suplente (1839, 1842 e 1847). Foi proprietário dos engenhos Boa Sorte e Genipapo, situados na então freguesia de Escada - o primeiro era próximo da cidade de Vitória de S. Antão -; e de outro denominado Goiabeira, localizado em Jaboatão.	 <p>*A rigor, os Juizes Municipais detiveram atribuições policiais - cumulativamente às judiciais (que contemplavam tarefas do ramo civil do Judiciário, notadamente o Juizado de Órfãos) - de 1832 (Código do Processo Criminal) a 1871 (Reforma Judiciária).</p>
Juiz Municipal	1861-1865	Ingazeira	Joaquim Ferreira Chaves (?-?)	Natural de Pernambuco. Formou-se no curso jurídico de Olinda em 1852. Em 1856 foi nomeado Juiz Municipal e de Órfãos de Piancó, na província da Paraíba, acumulando esse posto com o de Delegado. Foi pronunciado em Pernambuco por crime de furto de cavalos em 1863. Conquistou algumas inimizades durante o período em que atuou em Ingazeira, como sugerem correspondências publicadas no <i>Jornal de Recife</i> entre as décadas de 1860 e 1870. Nesses anos, também foi sorteado para sessões do Júri do Recife. Seu filho foi Promotor no Rio Grande do Norte.	
Juiz Municipal	1861-1865	Exu	Pedro de Alcântara Peixoto de Miranda Veras (?-?)	Natural da Bahia. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, em 1858. Participou de algumas sessões do Júri do Recife em 1859. Entre 1861 e 1865, acumulou as funções de Juiz Municipal e Juiz de Órfãos em Exu e Ouricuri, à época termos anexos, atuando interinamente como Juiz de Direito na região. Deixou o posto por ter encerrado o tempo máximo (quatro anos). Ao que parece, também acumulou inimigos, pois, nos jornais, há mais de uma publicação crítica às suas posturas como autoridade; essas críticas foram rebatidas por Miranda Veras no <i>Jornal de Recife</i> . Entre 1875 e 1878, atuou como Juiz Municipal e Órfãos em Mogi Mirim, São Paulo, sendo exonerado a pedido. Antes, porém, por volta de 1877, chegou a ser condenado a dois meses de prisão e multa por crime de injúria nessa localidade - o que se efetou, pois um suplente teve que ocupar seu cargo; no mesmo ano e local, foi pronunciado por crime de responsabilidade - não se sabe se chegou a cumprir pena.	

Autoridades policiais - São Paulo (1828-1888)					
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1828	Vila de Itu	Antônio Paes de Barros (?-?)	Sabe-se apenas que em 1833 foi eleito para o Conselho Geral da Província de São Paulo.	
Juiz de Paz	1828	Vila de S. Roque	Manoel Francisco Rosa (?-1850)	Capitão. Pai de Antônio Joaquim da Rosa (1820-1886), Barão de Piratininga, natural de São Roque, que escreveu algumas obras literárias e publicou um poema em homenagem ao seu falecido pai em 1850.	
Juiz de Paz	1829	Freguesia da Sé	José da Costa Carvalho (1796-1860)	Marquês de Mont'Alegre. Natural da Bahia. Estudou na Universidade de Coimbra e, ao retornar ao Brasil, foi nomeado para os cargos de Juiz de Fora e Ouvidor da Comarca de São Paulo. Em 1823, representou a Bahia na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império. Foi diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (1835-1836) e Presidente dessa Província em 1842. De 1848 a 1852, ocupou o posto de Ministro dos Negócios do Império. Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico do Império e fundador da Sociedade de Estatística do Brasil. Criou o periódico <i>Farol Paulistano</i> (1827-1832) e escreveu as <i>Instruções para os trabalhos do reconhecimento e exploração do rio de S. Francisco em todo seu longo curso</i> (1852).	
Juiz de Paz	1829-1830	Freguesia da Sé	José Manoel da Luz (?-?)	Sargento-mór. Foi Juiz de Fora Interino e membro efetivo de Conselho de Presidência da Província de São Paulo, participando da 1ª reunião desse órgão, entre 1824 e 1829.	
Juiz de Paz	1829/1831	Freguesia da Sé	Antônio Joaquim de S. Pais Santos (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz suplente	1829-1831	Freguesia da Sé	José da Silva Merceana (?-?)	Foi escrivão na Provedoria de Órfãos da capital em 1807.	
Juiz de Paz	1829-1831	Freguesia de S. Ifigênia	Vicente Pires da Motta (1799-1882)	Padre. Natural de São Paulo. Formou-se no curso jurídico de São Paulo em 1832. No ano seguinte, defendeu tese para obter o grau de doutor e ocupar o cargo de lente. Chegou a ser diretor da Faculdade paulista (1865-1882). Na mesma província, foi membro do Conselho de Presidência (1829-1834), Vice-Presidente (assumindo o governo nos anos de 1834, 1842, 1869 e 1870). Exerceu a Presidência como efetivo em duas ocasiões, de 1848 a 1851 e de 1862 a 1864. Também ocupou o cargo de Presidente nas Províncias de Pernambuco (1848), Minas Gerais (1860) e Santa Catarina (1861). Foi ainda Deputado-geral (1835-1837 e 1840-1841). Recebeu as condecorações de Conselheiro do Imperador, da Ordem da Rosa e de Comendador da Ordem de Cristo.	
Juiz de Paz	1829-1832	Freguesia do Brás	André Alvarez Ferreira do Amaral (?-?)	Sem informação.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1829-1839	Freguesia de S. Bernardo	Francisco Muniz Bonilha (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1829	Freguesia de Santo Amaro	Joaquim Manoel de Moraes (?-?)	Assinava como Juiz de Paz de M'Boy.	
Juiz de Paz	1829	Freguesia da Cotia	Joaquim Dias Novais (?-?)	Padre. Provavelmente nasceu no final do século XVIII.	
Juiz de Paz	1829-1830	Freguesia de Nazaré	José Antônio Alvarez Vallinho (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1829-1831	Vila de Atibaia	Jacinto José da Araújo Cintra (1770-1850)	Nascido na freguesia de N. S. da Conceição dos Guarulhos, São Paulo. Chegou ao posto de Alferes, atuou como Deputado-provincial abril de 1835. Também existiram por São Paulo (1835-1839/1842-1843) e como Prefeito* de Atibaia Subprefeitos. Os nomeados para (1836). Teria participado da chamada Revolução Liberal (1842), do esses postos não detiveram lado dos "rebeldes" paulistas - capitaneados por Feijó e Tobias de atribuições policiais na província Aguiar. Foi proprietário de terras em Mogi-Mirim.	*Em São Paulo, o cargo de Prefeito paulista, diferentemente de Pernambuco.
Juiz de Paz	1829	Vila de Bragança	Manoel Joaquim Gonçalvez de Andrade (?-?)*	Sem informação.	*Homônimo do Vice-Presidente da Província que atuava nessa época ("Manoel Bispo").
Juiz de Paz	1830	Freguesia de Paraibuna	Luiz Mariano de Toloza (?-?)	Prefeito de Paraibuna e Inspetor das obras da estrada (dessa localidade até Santos) em 1836. Também foi Inspetor das obras da chamada "Serra da Maioridade" em 1842.	
Juiz de Paz	1830	Capela Curada de N. S. do Amparo	Pedro Antônio Nunes (?-1837)	Nascido em Trás-os-Montes, Portugal. Casou-se em Bragança, São Paulo, em 1812. Teria participado da "Batalha Naval de Montevideú", ocorrida em 1823, que faz parte dos conflitos relacionados ao reconhecimento da Independência e é considerada um dos marcos da história da Marinha no Brasil. Os "brasileiros" cercaram a província Cisplatina para expulsar as tropas portuguesas. Nunes teria comandado, como Capitão de Guerra e Mar, sete navios na batalha. Pouco depois, como Ajudante, ele registrou a escritura de compra e venda de uma sesmaria que daria origem ao povoado de Amparo.	
Juiz de Paz	1831	Freguesia da Sé	José Antônio dos Reis (1798-1876)	Nasceu em São Paulo. Formou-se no curso jurídico de São Paulo em 1832, quando foi confirmado para o posto de Bispo de Cuiabá, na província do Mato Grosso. Foi padre, bibliotecário e Deputado-provincial em São Paulo.	
Juiz de Paz suplente	1831-1835	Freguesia da Sé	Manoel Innocencio de Vasconcellos (1777-1837)	Foi Contador da Contadoria Geral da Fazenda da Província de São Paulo entre 1829 e 1831, membro suplente do Conselho de Presidência na 2ª Legislatura (1830-1832), Juiz de Facto em 1829, 1833 e 1837, além de escrivão da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 1829.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1831-1833	Freguesia de Penha de França	José Bonifácio da Silva (?-?)	Entre 1827 e 1828, foi Alferes Comandante nessa freguesia. Em 1834 pediu licença do cargo de Juiz de Paz para a Câmara Municipal de São Paulo. Em 1837 exerceu o posto de Subprefeito na mesma localidade.	
Juiz de Paz	1831	Capela Curada de N. S. do Socorro	Roque de Oliveira Horta (?-?)	Capitão. Teria fundado a capela que deu origem à povoação de Socorro, na província de São Paulo.	
Juiz de Paz	1831	Vila de Itu	Francisco Leite Ribeiro (?-?)	Padre. Foi Vereador da Câmara Municipal de Itu (1829).	
Juiz de Paz	1832	Freguesia da Sé	José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878)	Marquês de São Vicente. Natural de Santos, São Paulo. Estudou na Faculdade de Direito dessa localidade. Segundo Sacramento Blake, “foi um dos primeiros matriculados no curso jurídico, sendo então, em 1828, oficial do Conselho Geral da Província depois de ter servido como amanuense da secretaria da presidência”. Formou-se em 1832. Foi Deputado-geral pela província paulista na década de 1820. Teria atuado como Juiz de Direito em Santos e acumulado essa função com a de Chefe de Polícia interino de São Paulo em 1834. Foi ainda Presidente da Província do Mato Grosso (1835-1837), Desembargador nas Relações do Maranhão (1844) e da Corte (1847), Ministro da Justiça (1848), Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1850), Senador pela província de São Paulo (1852), membro do Conselho de Estado (1859). Serviu como plenipotenciário em Assunção entre 1844 e 1847. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Recebeu o título de Visconde em 1867 e o de Marquês em 1873. Entre as suas obras, estão: <i>Apontamentos sobre as formalidades do processo civil</i> (1850), <i>Direito público brasileiro e análise da constituição do Império</i> (1857), <i>Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro</i> (1857) e <i>Direito internacional privado e aplicação de seus princípios às leis particulares do Brasil</i> (1863).	
Juiz de Paz	1832	Freguesia de S. Ifigênia	Joaquim Theobaldo Machado de Oliveira Vasconcellos (?-?)	Cirurgião-mór. Foi Deputado por São Paulo na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1822. em 1827 era Juiz Almotacé.	
Delegado*	1832	Freguesia de S. Ifigênia	Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo (1801-1872)	Padre. Natural de São Paulo. Estudou no curso jurídico paulista, formando-se em 1833. Obteve o grau de Doutor em 1834, quando também foi nomeado Inspetor da Fazenda/Tesouraria da Província de São Paulo. Posteriormente, exerceu a advocacia em Itu e Campinas. Foi condecorado com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa. Escreveu trabalhos para obter o grau de Doutor e traduziu uma obra de Christovão Schmidt, vigário de Augsburg (Alemanha): <i>Deus, meu consolo: devoções católicas e Manual de missa para a mocidade de ambos os sexos</i> (1860).	*Cargo criado pela Lei de 6 de junho de 1831, que aboliu o posto de Inspetor de Quarteirão. A mudança foi temporária, até a promulgação do Código do Processo Criminal de 1832. Não confundir com o posto e as funções de Delegado estabelecidas a partir da Reforma do Código do Processo Criminal (1841).

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz suplente	1833	Distrito do Sul da Sé	José Gomes Pinheiro (1784-1848)	Natural do Rio de Janeiro. Teria nascido na Ilha de Paquetá. Estudou em Santos para adentrar na carreira militar. Foi tropeiro e proprietário de fazendas em São Paulo. Por volta da década de 1830, fixou residência em Itapetininga e atuava como Deputado-provincial, transitando entre o interior e a capital paulista. É considerado "fundador" de Botucatu.	
Juiz de Paz	1833	Freguesia de S. Bernardo	Manoel Joaquim Ribeiro (?-?)	Alferes. Em 1831 foi eleito Juiz de Fato.	
Juiz de Paz	1833	Vila de Atibaia	Manoel Jorge Ferraz (1803-1855)	Natural de Atibaia, São Paulo. Filho de Jacinto José de Araújo Cintra, Juiz de Paz da mesma vila por volta de 1829. Assim como o seu pai, Jorge Ferraz teria se envolvido na Revolução Liberal (1842), ao lado dos "rebeldes" paulistas. Foi Vereador e presidente da Câmara de Atibaia entre as décadas de 1830 e 1850. Alcançou o posto de Coronel da Guarda Nacional (1838-1842) e foi condecorado com a Ordem da Rosa.	
Juiz de Paz	1833	Vila de Jacareí	Francisco de Paula Machado (?-1859)	Fazendeiro e Tenente-Coronel, foi Comandante da Guarda Nacional de Jacareí durante vários anos. Entre as décadas de 1840 e 1850, tomou assento na Assembleia Provincial de São Paulo. Foi do partido "Saquarema" e, depois do Partido Conservador. Obteve o título de Comendador.	
Juiz de Paz	1834	Distrito do Sul da Sé	Joaquim José de Moraes e Abreu (1787-1850)	Natural de Porto Feliz, São Paulo. Fez carreira militar, chegando ao posto de Brigadeiro. Foi Vereador na capital, membro do Conselho Geral da Província e exerceu interinamente o lugar de Vice-Presidente da Província em 1844. Foi presidente da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (1844-1845/1850).	
Juiz de Paz suplente	1834	Freguesia de S. Ifigênia	Emygdio Antônio da Silva (?-?)	Natural de São Paulo. Estudou na Faculdade de Direito dessa província, formando-se em 1834. Nesse ano foi nomeado pela Câmara Municipal para a comissão externa da visita de prisões e estabelecimentos de caridade da capital. Em 1852 era Oficial-mór da Assembleia Legislativa Provincial paulista.	
Juiz de Paz	1834-1840	Freguesia do Brás	Jesuino José Rodrigues (?-?)	Chegou ao posto de Tenente. Em 1831, foi eleito para o lugar de Juiz de Facto, como suplente.	
Juiz de Paz suplente	1834-1840	Freguesia do Brás	Joaquim Floriano de Siqueira (?-?)	Apenas há notícia de que era Alferes em 1821.	
Juiz de Paz	1834	Vila de Paraibuna	Agostinho Pereira Barros[?] (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1834	Freguesia de N. S. do Ó	Joaquim Rodrigues Goulart (?-?)	Natural de Cananéia, São Paulo. Foi Secretário da Câmara da capital em 1831.	
Juiz de Paz suplente	1835	Distrito do Sul da Sé	Bento José de Moraes (?-?)	Tenente-coronel. Foi Juiz de Fato (1831), Vereador na capital (1836 e 1841) e Diretor do Seminário dos Educandos ou Seminário de Sant'Ana (1858).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1835-1840	Freguesia de S. Ifigênia	Manoel José Vaz (?-?)*	Foi eleito Juiz de Fato em 1831. Ele ou seu filho atuava como Escrivão na década de 1850, quando também ocupou o lugar de Subdelegado suplente nesta freguesia.	*No final do século XVIII, residia na cidade de São Paulo um padre chamado Manoel José Vaz, que atuava na Sé; nos periódicos, há um escrivão/taquígrafo com agnome "Júnior".
Juiz de Paz	1835-1840	Freguesia de S. Ifigênia	Joaquim Ignacio Ramalho (1810-1902)	Barão de Ramalho. Natural de São Paulo, ele estudou Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, formando-se em 1834. No ano seguinte, obteve o grau de Doutor em Direito. Foi professor particular de Filosofia no período em que era estudante. Deixou o lugar de lente entre os anos de 1845 a 1848, quando exerceu a Presidência da província de Goiás. Foi condecorado como Conselheiro do Imperador, Comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem da Rosa. Escreveu: <i>Elementos do processo criminal para uso das faculdades de direito do Império</i> (1856), <i>Tratado sobre as fontes do direito positivo para servir de introdução a um curso de direito pátrio</i> (? - escrito com João Crispiniano Soares) <i>Prática civil e comercial</i> (1860), <i>Praxe brasileira</i> (1868), <i>Instituições orfanológicas</i> (1874), <i>Relatório do presidente da comissão do Monumento do Ypiranga</i> (1886) e <i>Ação Secundária</i> (1895).	
Juiz de Paz	1836-1837	Distrito do Sul da Sé	Matheus Fernandes Cantinho (?-1865)	Major. Foi Juiz Almotacé em Santos (1827), Procurador da Câmara de São Paulo (1829), Juiz de Fato (1831) e Vereador suplente em São Paulo. Entre 1843 e 1844, exerceu o cargo de subdelegado da Sé e, em 1854, assina como delegado [provavelmente da Sé].	
Juiz de Paz	1836-1837	Distrito do Sul da Sé	João Carlos da Silva Telles (?-?)	Estudou no curso jurídico de São Paulo, formando-se em 1834. Até novembro de 1835 exerceu o posto de Juiz Municipal interino da cidade de São Paulo. Eleito Juiz de Paz em 1836, com 204 votos, foi isento do cargo interinamente, com aprovação da Câmara Municipal, a partir de janeiro de 1837 por ocupar o lugar de Bibliotecário da Academia Jurídica. Em 1843 foi Juiz Municipal suplente. Entre 1847 e 1853 foi Procurador Fiscal. Entre 1857 e 1871, foi Secretário do Governo.	
Juiz de Paz	1837	Freguesia de M'boy	Antônio Manoel Roiz Borba (?-?)	Sem informação.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1838/1841	Distrito do Norte da Sé	Francisco José de Lima (?-?)	Natural da Bahia. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1833. Recitou um <i>Discurso</i> por ocasião da abertura das atividades dos novos estudantes do curso jurídico paulista em 1829. Em 1837, foi convocado para a função de Juiz de Facto. Tomou assento na Assembleia Legislativa da Província paulista na 3ª Legislatura (1840-1841). Em 1841, assumiu novamente o lugar de Juiz de Paz do Distrito Norte da Sé. Acumulou esse posto com o de Secretário do Governo em meados da década de 1850. Também exerceu a advocacia na cidade de São Paulo. Foi condecorado com o título de Oficial da Ordem da Rosa.	
Juiz de Paz	1838	Distrito do Sul da Sé	José Joaquim da Silva (?-?)	Natural da Bahia. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, em 1834. Antes disso, em 1833, foi chamado à ocupar o lugar de Jurado.	
Juiz de Paz	1838	Freguesia de N. S. da Conceição dos Guarulhos	Antônio José Leite (?-?)	Em 1835 foi convocado para a função de Juiz de Fato.	
Juiz de Paz	1838	Freguesia de Paranaíba	Francisco Compton D'Elboux (1798-1857)	Sargento-mór. Filho de pai inglês e mãe provavelmente portuguesa, casou e estabeleceu-se em São Paulo na década de 1830. Durante a década de 1860, fez parte da Guarda Nacional da capital. No início de 1870, foi aprovado professor de Primeiras Letras de Santana do Parnaíba e de Atibaia. Em seu inventário, além de 6 escravos e outros bens, constaram 64 livros (em inglês, português e francês) - variedade e quantidade que não seria comum nessa época.	
Juiz de Paz	1838	Freguesia da Cotia	Manoel Francisco dos Santos (?-?)	Tenente. Em 1829, foi nomeado pela Câmara da cidade de São Paulo para o lugar de Fiscal da freguesia de Juqueri. Foi sorteado Jurado em 1833.	
Juiz de Paz	1838	Freguesia da Escada	João Pimenta de Abreu (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1837-1838	Freguesia de Juqueri	José Serafim da Cunha (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1839	Distrito do Norte da Sé	Antônio Rodrigues de Almeida Jordão (?-?)	Natural de São Paulo. Parece ter tido como pai um Sargento-mór homônimo. Teria estudado Filosofia em Coimbra. Formou-se no curso jurídico de São Paulo em 1834 e foi Deputado-provincial suplente na 2ª Legislatura (1838-1839).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1839-1840	Distrito do Sul da Sé	João Crispiniano Soares (1809-1876)	Nascido em Guarulhos, São Paulo. Estudou no curso jurídico de São Paulo, formando-se em 1834. No ano seguinte, obteve o grau de Doutor e, em 1836, atuou como lente substituto. Ocupou os lugares de Vereador e presidente da Câmara da capital paulista entre os anos de 1838 e 1847. Foi Deputado-provincial e geral, representando a província de Mato Grosso, além de Deputado-geral pela sua província natal. Também exerceu as funções de Presidente de Província em Mato Grosso (1847-1848), Minas Gerais (1863), Rio de Janeiro (1864) e São Paulo (1864-1865). Recebeu as condecorações de Conselheiro do Imperador e Comendador da Ordem da Rosa. Escreveu o <i>Tratado sobre as fontes de direito positivo para servir de introdução a um curso de direito pátrio</i> (com Joaquim Ignacio Ramalho) e o <i>Regulamento para a arrecadação da taxa dos legados e heranças...</i> (1865).	
Juiz de Paz	1837-1839	Distrito do Sul da Sé	José Xavier Ferreira (?-?)	Capitão. Compôs a lista de pessoas habilitadas para a função de Jurado em 1837. Mais tarde, em 1855 e 1856, foi sorteado para uma sessão do Júri. Em 1840 foi nomeado para o lugar de Instrutor Geral da 4ª divisão da Guarda Nacional de São Paulo. Na década seguinte, compôs a Guarda Municipal Permanente, atuando, inclusive, em sessões de julgamento das infrações de soldados. Voltou a exercer o cargo de Juiz de Paz em 1852.	
Juiz de Paz	1839	Distrito do Sul da Sé	Joaquim José Ribeiro Guimarães (?-?)	Natural da Bahia. Estudou no curso jurídico de São Paulo, formando-se em 1834. Foi escrivão da Câmara da Vila de Cachoeira, capital interina* da Bahia, em 1822. Voltou para a sua província natal Cachoeira depois de alguns anos residindo em São Paulo. Foi Subdelegado do Distrito do Salitre, em Juazeiro, Bahia, nos anos de 1855 e 1863.	*Em 25 de junho de 1822, em meio aos acontecimentos que antecederam a Independência, Cachoeira foi escolhida como sede do governo baiano. Durante a Sabinada (1837-1838), Cachoeira também foi a capital da Bahia.
Juiz de Paz	1839	Freguesia de N. S. do Ó	Antônio José Mendes (?-?)	Foi convocado a participar de uma sessão do Júri da capital paulista em 1841. No mesmo ano, foi nomeado pela Câmara Municipal para compor a 7ª Companhia do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da cidade. Em 1842, exerceu novamente o posto de Juiz de Paz da freguesia de N. S. do Ó.	
Juiz de Paz	1839	Freguesia da Penha	Reginaldo Antônio de Avila (?-?)	Foi convocado para uma sessão do Júri da capital paulista em 1836. Nas eleições para o cargo de Juiz de Paz de 1837, obteve o 4º lugar.	
Juiz de Paz	1837-1840	Freguesia de N. S. da Conceição dos Guarulhos	Claro Firmino de Andrade (?-?)	Em 1858 ocupou interinamente o lugar de Inspetor da Instrução Pública da freguesia. Foi convocado a participar de uma sessão ordinária do Júri da capital em 1862.	
Juiz de Paz	1839	Freguesia de Juqueri	Vicente Xavier de Medeiros (1810-?)	Tenente. Foi sorteado para sessões do Júri da capital em várias ocasiões entre 1842 e 1879.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz suplente	1839	Vila de Lorena	José Maria Saraiva (?-?)	Provavelmente nasceu no último quartel do século XVIII. Era Tenente e proprietário na vila de Lorena. Segundo seu inventário, datado de 1856, possuía 14 escravos e sua riqueza foi avaliada em 24:163\$000.	
Juiz de Paz	1840	Distrito do Sul da Sé	Caetano Antônio de Moraes (1818-?)	Foi secretário da Sociedade Patriótica, que administrava a Typographia Patriótica, na qual foram impressos dois importantes jornais paulistas: <i>O Observador Constitucional</i> (1828-1833) e <i>Novo Farol Paulistano</i> (1831-1837). Foi escrivão da Tesouraria de São Paulo em 1863. Foi sorteado para compor o banco de jurados da capital em em várias ocasiões entre as décadas de 1860 e 1870. Foi membro das irmandades Senhor Bom Jesus de Pirapora e Nossa Senhora da Boa Morte.	
Juiz de Paz	1840	Freguesia do Brás	José Alvarez de Siqueira (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1840	Freguesia de N. S. do Ó	Marcelino de Oliveira Simões (?-?)	Em 1842 foi aprovado como Alferes da Guarda Nacional da capital. Em 1854 foi convocado para uma sessão do Júri.	
Juiz de Paz	1840	Freguesia da Penha	Joaquim de S. Anna Silva (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1840	Freguesia da Cotia	Vicente de Moraes Pinto (?-?)	Foi convocado para uma sessão do Júri da capital em 1841.	
Juiz de Paz	1840	Distrito do Chapadão, S. Bernardo	José Joaquim de Oliveira (?-?)*	Alferes. Foi convocado para uma sessão do Júri da capital em 1839. Teria sido vítima de um assassinato, em fins da década de 1840.	*Foram encontrados homônimos, moradores no interior da província, em Santos e em outras províncias.
Juiz de Paz	1840	Vila do Príncipe	Simão Ferreira de Castilho (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1840	Freguesia de Una	Salvador Dias Ribeiro (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz	1840	Vila de Paranaíba	João José Antunes (?-?)	Sabe-se apenas que foi convocado a participar de uma sessão do Júri da capital em 1841.	
Juiz de Paz	1840	Vila de Jundiá	João Pacheco Pinto de Castro (?-?)	Sem informação.	
Juiz de Paz suplente	1840	Freguesia de N. S. da Conceição das Silveiras, município de Lorena	José Carlos Epifanio da Silveira (1794-1848)	Capitão. Natural de Resende, Rio de Janeiro. Parece ter vivido sempre na vila de Lorena.	
Juiz de Paz	1840	Vila de Areias	Joaquim Xavier de Salles (?-?)	Participou da Revolução Liberal de 1842, chegando a ser considerado um dos principais líderes do movimento. Foi preso e remetido para a Corte por volta de julho do mesmo ano.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Paz	1841	Freguesia de S. Ifigênia	José Pedro Villaça (?-?)	Sabe-se apenas que atuava como Juiz de Direito no Rio de Janeiro em 1861.	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia	1833-1842	Capital	Rodrigo Antônio Monteiro de Barros (1804-1844)	Natural de Minas Gerais, filho de Lucas Antônio Monteiro de Barros, o Visconde de Congonhas do Campo, que atuou como Presidente da Província de São Paulo (1824-1827). Rodrigo Monteiro de Barros estudou em Coimbra, formando-se em 1827. Foi também Juiz de Fora (1827) em São Paulo e chegou ao posto de Desembargador da Relação de Pernambuco (1842). Assumiu a cadeira de Deputado-geral, representando São Paulo, na 2ª e 4ª Legislaturas (1830-1833 e 1838-1841) da Assembleia Geral. Devido a essa posição como político e a outros motivos, foi constante sua saída da província durante o exercício do cargo de Chefe de Polícia e, conseqüentemente, a atribuição das funções do posto para outros Juizes de Direito da capital ao longo de quase dez anos - ou ao longo do momento anterior à reforma do Código do Processo Criminal de 1832, promulgada em 1841.	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia Interino	1837-1838	Capital	Gabriel José Rodrigues dos Santos (1816-1858)	Natural de São Paulo. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, formando-se em 1836. Obteve o grau de doutor em 1838 e, em 1851, defendeu uma tese para ocupar o lugar de lente. Teria sido professor substituto na Faculdade paulista, mas não se sabe em que período. Foi Deputado-provincial e Deputado-geral ao longo das décadas de 1830 a 1850. Envolveu-se na chamada Revolução Liberal de 1842, tendo renunciado à administração das Províncias de Pernambuco e do Rio Grande do Sul posteriormente. Foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Obteve a condecoração de Oficial da Ordem da Rosa. Além da tese, escreveu vários discursos e os <i>Apontamentos sobre a cultura do trigo</i> (1857).	

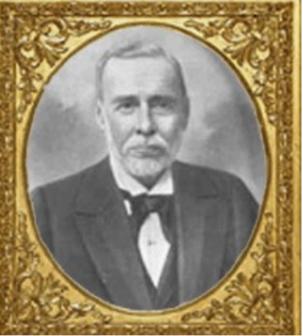
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Direito/Chefe de Polícia Interino	1839	Capital	João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato (1817-1894)	Visconde de Sabará. Natural de Minas Gerais. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, em 1836. Em 1843, foi nomeado Juiz de Direito da 1º Comarca da província paulista (região do Vale do Paraíba). Como Juiz de Direito atuou também no Rio Grande do Sul (1844) e na Corte (1863). Exerceu o posto de Chefe de Polícia no Rio Grande do Sul em dois períodos, 1846 e 1859. Foi Deputado provincial por São Paulo (1843-1844) e pelo Rio Grande do Sul (1850-1856; 1869-1872). Atuou no Tribunal do Comércio da Corte (1864), foi nomeado Desembargador da Relação da Corte (1864), onde exerceu a função de Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional (1875). Em 1881 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, chegando a presidir esse tribunal (1889). Já no período republicano, foi Ministro do então Supremo Tribunal Federal até 1892. Obteve as condecorações de Fidalgo Cavaleiro da Ordem da Rosa (1875) e de Visconde de Sabará com grandeza (1888).	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia Interino	1839	Capital	Vicente Ferreira da Silva Bueno (1815-1873)	Natural de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Direito dessa localidade em 1838. Exerceu o cargo de Juiz de Direito em Piracicaba (1842-1843), Franca (1859), Campinas (1861) e em Castro (1856), que então fazia parte da recém-criada província do Paraná. Foi Deputado-provincial e Vice-Presidente da Assembleia Provincial paulista na 13ª Legislatura (1860-1861). Entre 1869 e 1870, também exerceu o cargo de Chefe de Polícia interinamente em São Paulo, tendo assinado o decreto de demissão do então amanuense da Secretaria de Polícia, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, em 18 de novembro de 1869. Foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia (1872), transferindo-se para a Relação do Rio de Janeiro no mesmo ano. Recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Cristo.	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia Interino	1840	Capital	Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral (1800-1862)	Natural de Cuiabá, Mato Grosso. Estudou em Coimbra, tornando-se Doutor por decreto de 1834, quando já estava no Brasil. Segundo Sacramento Blake, ele estudou Humanidades na Bahia antes de receber esse grau. Foi lente de Direito Pátrio no curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo. Exerceu o cargo de Juiz de Fora no Rio Grande do Sul, foi Ouvidor de uma comarca do Ceará e Desembargador da Relação do Maranhão. Escreveu: <i>Análise dos direitos naturais do homem inculto e selvagem...</i> (1833), <i>Memória histórica academica sobre os acontecimentos mais notáveis da faculdade e desenvolvimento das ciências sociais e jurídicas</i> (1855) e <i>Direito Administrativo brasileiro...</i> (1859).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz de Direito/Chefe de Polícia Interino	1841	Capital	José Christiano Garção Stockler (1804-?)	Nasceu em São João Del Rei, Minas Gerais. Formou-se no curso jurídico de São Paulo em 1832. Foi Juiz de Fora em Sabará, Deputado-provincial por Minas e São Paulo, Deputado-geral e Desembargador da Relação do Maranhão, província em que teria falecido. Atuou como Chefe de Polícia efetivo de São Paulo após a reforma de 1841, entre os anos de 1844 e 1848.	
Juiz de Direito/Chefe de Polícia Interino	1841-1842	Capital	Antônio Francisco de Azevedo (1817-1886)	Natural de São Paulo. Formou-se no curso jurídico de Olinda em 1838. Foi Juiz Municipal e de Órfãos em Sorocaba (1844), Juiz de Direito na 5ª Comarca de São Paulo (1847) e em Paranaguá (1854), Juiz da 2ª Vara Criminal da Corte (1864), Desembargador da Relação da Corte (1865) e chegou a ser Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1885).	
Chefe de Polícia	1842-1843	Capital	José Augusto Gomes de Menezes (1805-1852)	Natural do Rio de Janeiro. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, formando-se em 1833. Foi Juiz de Direito de Cabo Frio, Rio de Janeiro, atuou como Deputado-provincial em São Paulo na 5ª Legislatura (1844-1845) e como Deputado-geral. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Obteve as condecorações de Oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Ajudou a fundar e escreveu no periódico <i>O Observador Constitucional</i> . É autor das seguintes publicações: <i>Rápido exame da lei sobre as terras devolutas e colonização</i> (1850), <i>Livro das terras ou coleção da lei...</i> (1856), <i>Relatório...</i> [sobre a irmandade de Santa Isabel de Caridade de Cabo Frio] (1842)	
Chefe de Polícia	1842-1844/1848-1853	Capital	Joaquim Firmino Pereira Jorge (?-1883)	Natural de S. Sebastião, São Paulo. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, em 1832. Exerceu o lugar de Juiz de Direito da Comarca de Jacareí, foi Deputado-provincial e 1º Secretário da Assembleia Legislativa Provincial na 3ª Legislatura (1840-1841). Chegou ao posto de Desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco e da Relação do Rio de Janeiro (1864). Também atuou como Chefe de Polícia em São Paulo no período de 1848 a 1853.	
Chefe de Polícia interino	1844	Capital	Carlos Antonio de Bulhões Ribeiro (1812-1857)	Natural do Rio de Janeiro. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, formando-se em 1833. Atuou como Juiz Municipal no Rio de Janeiro (1834), Juiz de Direito (vara cível) em Pernambuco (1847) e (varas cível, criminal e comercial) no Rio de Janeiro (1847-1852). Foi nomeado Chefe de Polícia do Pará (1846). Tomou assento como Deputado-provincial na 5ª Legislatura (1844-1845) da Assembleia paulista. recebeu a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo.	
Chefe de Polícia	1844/1847-1848	Capital	José Christiano Garção Stockler*	*Citado anteriormente.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia interino	1845	Capital	Estevão Ribeiro de Resende (1777-1856)	Marquês de Valença. Nascido na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra em 1803. No Brasil, exerceu vários cargos, como de Juiz de Fora de São Paulo, Intendente Geral de Polícia da Corte, Deputado constituinte, Desembargador da Relação da Bahia, Ministro da Justiça. Na Intendência Geral da Polícia da Corte, sucedeu a Francisco França Miranda e precedeu a Francisco Alberto Teixeira de Aragão.	
Chefe de Polícia interino	1847-1848	Capital	Francisco Lourenço de Freitas (?-?)	Natural de Vila Bela da Princesa, São Paulo. Estudou Direito em Coimbra, formando-se em 1824. Voltando ao Brasil, foi Juiz de Fora da Comarca de Minas Novas (1824), em Minas Gerais, Ouvidor da Comarca de Itu (1826) e Ouvidor das Comarcas de Paranaguá e Curitiba (1829) - ambas de São Paulo nessa época. Posteriormente, foi Juiz de Direito da 5ª Comarca de São Paulo (1833) e da 1ª Comarca (1846) - quando foi incumbido a exercer o posto de Chefe de Polícia interinamente. Atuou como Juiz de Direito também em Taubaté (1856) e Franca (1867). Ocupou o lugar de Deputado-provincial em São Paulo na 6ª Legislatura (1846-1847). Aposentou-se em 1874. Recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Cristo.	
Chefe de Polícia interino	1847-1848	Capital	João José de Almeida Couto (1812-1900)	Barão do Desterro. Nascido em Maragogipe, Bahia. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo grau em 1835. Entre outros cargos, foi Juiz de Direito na Bahia e no Rio de Janeiro, Auditor-Geral da Marinha, Desembargador da Relação da Bahia e Deputado-geral, representando sua província natal, em duas ocasiões entre 1845 e 1852.	
Chefe de Polícia interino	1850-1852	Capital	Theófilo Ribeiro de Resende (1815-1884)	Natural de São Paulo. Filho de Estevão Ribeiro de Resende. Provavelmente cursou Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, formando-se em 1837*. Em 1841 foi nomeado para ocupar interinamente o lugar de Juiz Municipal da capital da província de São Paulo. Acumulou esse cargo com o de Delegado em Campinas em 1844. Por duas vezes, em fevereiro de 1850 e agosto de 1852, foi encarregado (pela Secretaria da Justiça e pela Presidência de S. Paulo) de averiguar <i>in loco</i> casos e denúncias de desembarques de africanos no litoral. Também atuou como Chefe de Polícia em Mato Grosso (1847-1848) e no Rio de Janeiro (1854 e 1859-1861), exercendo o posto interinamente, enquanto cumpria as funções de Juiz de Direito. Entre 1854 e 1855, assumiu a Vice-Presidência da recém-criada província do Paraná.	*Na lista de bacharéis paulistas, vê-se um "Theófilo Victorino Ribeiro de Resende" formado nesse ano, mas o "Victorino" de seu nome não consta em outras referências consultadas.

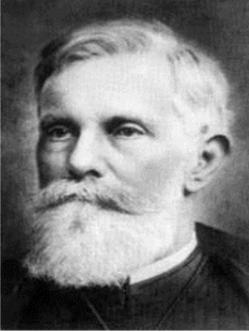
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1853-1858	Capital	Antônio Roberto de Almeida (?-1882)	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, formando-se em 1835. Foi Deputado-provincial suplente na 2ª Legislatura (1838-1839) da Assembleia Provincial paulista. Assumiu a Vice-Presidência da Província entre 1855 e 1856 e no início do ano de 1857. Aposentou-se com honras de Desembargador, em 1872, passando a residir em Minas Gerais.	
Chefe de Polícia interino	1853/1855-1856	Capital	Joaquim Fernando da Fonseca (?-?)	Natural de São Paulo. Consta ter sido matriculado na Universidade de Coimbra em 1827, mas não se sabe quando se formou. Foi eleito Deputado-provincial paa a 8ª Legislatura (1850-1851). Em 1853, esteve em comissão na cidade do Bananal para investigar <i>in loco</i> denúncias de desembarques de africanos, bem como a captura deles e dos réus. Em 1854, foi removido de Mogi-Mirim para Santos para exercer as funções de Juiz de Direito, acumulando este cargo com o de Chefe de Polícia interinamente. Aposentou-se em 1859.	*Um homônimo foi localizado na lista de bacharéis de São Paulo, mas esse se formou apenas em 1873 - provavelmente era filho da autoridade em destaque.
Chefe de Polícia interino	1856-1858	Capital	José Tavares Bastos (1813-1893)	Natural de Alagoas, então parte da capitania de Pernambuco. Era pai do advogado e jornalista Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875). José Tavares estudou na Faculdade de Direito de Olinda, formando-se em 1836. Atuou como Juiz de Direito em Atalaia (1837), Sergipe (1839), Penedo (1846), Maceió (1848), São Paulo (1854) e Niterói (1863). Em 1856, foi encarregado de averiguar denúncias sobre desembarques e crime de redução à escravidão de alguns africanos na vila de S. Luiz, na região do Vale do Paraíba paulista. Seu desempenho na ocasião foi elogiado pelo então Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo. Foi também Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro (1864-1865), Desembargador da Relação do Rio de Janeiro (1865), Presidente da Província de São Paulo (1866-1867) e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1885-1889). Obteve as condecorações de Comendador da Ordem da Rosa, Conselheiro e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.	
Chefe de Polícia	1858-1859	Capital	Bernardo Avelino Gavião Peixoto (1829-1912)	Natural de São Paulo. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais na sua província natal, formando-se em 1849. Foi Promotor Público e Juiz Municipal em Santos (1853), Deputado-geral em três Legislaturas (1857, 1867 e 1879), representando São Paulo, e Presidente da Província do Rio de Janeiro (1882-1883). Aposentou-se com as honras de Desembargador. Recebeu as condecorações de Moço Fidalgo da Casa Imperial, Conselheiro e Cavaleiro das Ordens da Rosa e de Cristo. Segundo Blake, além de relatórios e discursos, escreveu um <i>Guia para os inspetores de quartirão</i> (1859).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1858-1860	Capital	Ludgero Gonçalves da Silva (?-?)	Natural de Pernambuco. Formou-se no curso jurídico de Olinda em 1850. Foi Juiz Municipal (1854-1857) e Delegado (1857) no Rio de Janeiro, antes de ser nomeado Chefe de Polícia de São Paulo. Posteriormente, atuou como Juiz de Direito na Comarca do Rio Formoso (por volta de 1863), em Pernambuco, e na comarca de Itapemirim, do Espírito Santo. Foi Chefe de Polícia do Rio de Janeiro na década de 1870. Parece ter se tornado Desembargador e obtido a condecoração de Conselheiro.	
Chefe de Polícia	1860-1863	Capital	Luiz José de Sampayo (1818-1890)	Natural do Rio Grande do Norte. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1840. Atuou na Alfândega do Rio Grande do Norte, foi escrivão da Câmara de Olinda (1824), Juiz interino da Alfândega do Recife (1831-1834) e vereador na Câmara do Recife (2ª e 3ª Legislaturas). Depois de formado, atuou como Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Ubarana, São Paulo (1848); Juiz de Direito na comarca de Paraná, na província de Minas Gerais (1853) - removido para a de Flores, em Pernambuco (1855). Exerceu as funções de Chefe de Polícia também em Minas Gerais (1855-1857) e no Rio Grande do Sul (nomeado em 1872) - onde foi também Juiz da 1ª Vara Crime (1864-1865). Foi nomeado Desembargador da Relação de Porto Alegre em 1873 e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1886. Foi membro da Sociedade Federal de Pernambuco, criada em 1831. Recebeu o título de Conselheiro.	
Chefe de Polícia interino	1861/1863	Capital	Pedro Taques de Almeida Alvim [Filho] (?-?)	Natural de São Paulo, provavelmente de Campinas, onde seu pai residiu. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1853. Foi eleito Deputado-provincial para a 11ª Legislatura (1856-1857). Nessa época, também teria ocupado o lugar de Promotor Público. Foi redator do <i>Correio Paulistano</i> e um dos proprietários da tipografia do <i>Diário de S. Paulo</i> .	
Chefe de Polícia	1860-1864	Capital	João Guilherme de Aguiar Whitaker (1824-1876)	Natural de Santos, São Paulo. Era filho do Vice-Cônsul britânico William Guilherme Whitaker, que se estabeleceu no Brasil no início do século XIX. João Guilherme formou-se no curso jurídico de São Paulo em 1850. Atuou como Juiz de Direito em Itu (1855), Guaratinguetá (1857), Rio Claro (1864), Limeira (1865) e Descalvado (1868-1871). Exerceu as funções de Delegado em Itu (1854) e as de Chefe de Polícia na província de Rio Grande do Sul (1857). Foi ainda Deputado-provincial em São Paulo em três Legislaturas (entre 1864 e 1869). Recebeu a condecoração de Grão-Mestre da Ordem de Cristo.	

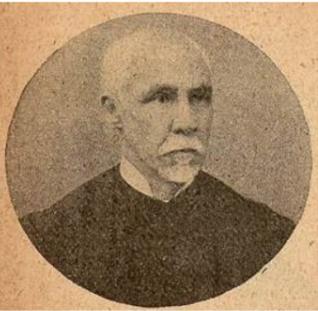
Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1864-1865	Capital	Olegário Herculano de Aquino e Castro (1828-1906)	<p>Natural de São Paulo. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1848. Obteve o grau de Doutor em Direito no ano seguinte. Sacramento Blake conta que antes de adentrar no curso jurídico, "pobre e sem proteção alguma", Olegário foi porteiro do Conselho Geral da Província. Atuou como Promotor na capital paulista (1852), Juiz de Direito em Goiás (1854), em São Paulo (1857) e na Corte (1865). Também atuou como Chefe de Polícia em Goiás (1855) e Corte (interinamente, 1865-1866). Exerceu o lugar de Desembargador da Relação da Corte (1873) e da Relação de São Paulo (1875). Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1886 e eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal, já no período republicano, em 1894. Era sócio e foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. Obteve os títulos de Conselheiro do Imperador e Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Além da tese para obter o grau de Doutor e discursos, escreveu: <i>Formulário sobre a marcha dos processos policiais</i> (1857), <i>Elogio histórico do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e notícia dos sucessos políticos relativos à proclamação da independência</i> (1871), <i>Reforma Judiciária - projetos e exposição dos motivos</i> (1873), <i>Programa para o desenvolvimento da parte do projeto do Código Civil brasileiro, relativa ao direito das cousas</i> (1888).</p>	
Chefe de Polícia [interino?]	1864-1865	Capital	Luiz Francisco da Câmara Leal (1822-1878)	<p>Natural do Rio de Janeiro. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1845. Foi Juiz Municipal na Corte e Juiz Municipal e de Órfãos em Iguacu. Foi Vice-Presidente da província do Paraná, Auditor de Guerra, Deputado-provincial e Desembargador na Relação de Ouro Preto. Recebeu as condecorações de Comendador da Ordem de Cristo e de Fidalgo da Casa Imperial. Entre relatórios e outros escritos, publicou: <i>Faceis noções sobre matéria de Direito</i> (1853), <i>Considerações sobre o projeto de lei para emancipação dos escravos, sem prejuízo para seus senhores e sem gravame para o estado</i> (1866), <i>Apontamentos sobre irregularidades do processo criminal no foro ante os tribunais de primeira instância</i> (1869) e <i>Dissertação jurídica sobre matéria do processo civil</i> (1866).</p>	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1865	Capital	João José de Andrade Pinto (182?-1898)	Nasceu na década de 1820, havendo divergência sobre o ano (1823 ou 1825). Era natural do Rio de Janeiro. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1846. Foi Delegado em Itaguaí, província do Rio de Janeiro (1848), exerceu a chefia da polícia interinamente em Santa Catarina (1859), província onde foi também Juiz de Direito (1854) e Vice-Presidente (nomeado em 1859, em exercício em 1861). Atuou como Juiz de Direito em Santos (1863-1865), tendo sido removido, a pedido, para o Rio de Janeiro após a sua atuação como Chefe de Polícia em São Paulo - ocupou este cargo por apenas dois meses, justamente durante as investigações sobre a denúncia contra supostos agentes secretos paraguaios na província paulista. Foi ainda Desembargador das Relações da Bahia (1872), do Rio de Janeiro (1872), de São Paulo (1873-1874) e da Corte (1875). Chegou ao posto de Ministro do Supremo Tribunal da Justiça/Federal (1886-1894). Recebeu as condecorações de Moço Fidalgo da Casa Imperial e Conselheiro do Imperador. É atribuída a ele a autoria das teses: <i>Quais as vantagens da divisão do Poder Legislativo entre a Coroa e as suas Câmaras</i> (1857), <i>A centralização administrativa será mais conveniente o que a centralização política?</i> (1859) e <i>Economia Política - o aumento da riqueza será compatível com a diminuição dos valores provenientes dos melhoramentos industriais?</i> (1859). Teria publicado o <i>Discurso pronunciado no Tribunal do Júri da Cidade de São Paulo</i> (1862), a <i>Resposta sobre o conflito de jurisdição entre o governo imperial e a relação da corte...</i> (1879) e <i>A Constituição da República do Brasil</i> (1890).	 <p>*Observe-se que o pai deste tinha nome idêntico e que um de seus filhos - ao que parece, engenheiro - usava o sufixo "Júnior".</p>
Chefe de Polícia	1865-1866	Capital	Cândido Xavier de Almeida e Souza [Filho] (?-1881)	Natural de São Paulo. Era filho do Tenente-coronel que explorou a região de Guarapuava e os limites com o Paraguai no final do século XVIII. Cândido Filho estudou no curso jurídico paulista, formando-se em 1854. Foi Juiz Municipal em Rio Claro - onde também exerceu as funções de Juiz de Direito interinamente -, Juiz Municipal e de Órfãos em Uberaba (ou Ubatuba?). Posteriormente, foi removido para Mogi das Cruzes, localidade em que acumulou as funções de Delegado (1865). Ainda na década de 1850, atuou como Promotor Público interino na capital (1857). Foi nomeado Juiz de Direito em Araraquara depois de ocupar a chefia da Polícia da província. Em Araraquara, exerceu a advocacia e foi membro de uma "sociedade patriótica" criada em 1863 - na ocasião da chamada, à época, "questão inglesa". Recebeu a condecoração de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1866-1868	Capital	Daniel Accioly de Azevedo (?-1882)	Natural da Bahia. Estudou em Olinda, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1852. Foi Deputado-geral pela província do Espírito Santo na 17ª Legislatura. Foi Juiz Municipal na Bahia em 1859, tendo feito parte da comitiva que recebeu o Imperador nessa localidade. Atuou como Juiz de Direito no Espírito Santo e como Chefe de Polícia na província do Sergipe (1864). Em 1875, ocupou o lugar de Auditor da Marinha da Corte e, em 1880, foi nomeado Desembargador do tribunal da mesma Corte. Recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Cristo.	
Chefe de Polícia	1868-1869	Capital	José Ignácio Gomes Guimarães (1835-1910)	Natural da Bahia. Fez o curso de Ciências Sociais e Jurídicas em São Paulo, formando-se em 1857. Foi Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Limeira, São Paulo (1859) - acumulando as funções de Delegado da mesma localidade -, e Juiz de Órfãos de Santo Amaro, na Bahia (1864). Atuou como Juiz de Direito em Franca (1866-1867). Também exerceu as funções de Chefe de Polícia no Paraná (1870). Ocupou o lugar de Desembargador do Tribunal da Relação de Ouro Preto (1886) e de São Paulo (1887), chegando à presidência deste (1889). Recitou o discurso da turma de bacharéis formados em 1857. Recebeu o título de Conselheiro do Império e a comenda da Ordem da Rosa.	
Chefe de Polícia	1870-1872	Capital	Sebastião José Pereira (1834-1881)	Nasceu na cidade de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Direito paulista em 1854. Foi professor de português, filosofia e latim enquanto estudava. Depois de formado, foi nomeado Juiz Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, e de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Após atuar como Chefe de Polícia, foi Juiz de Direito em Taubaté e chegou ao cargo de Presidente da Província, posto que exerceu entre 1875 e 1878. Morreu de um "ataque cerebral".	
Chefe de Polícia	1873-1875	Capital	Joaquim José do Amaral (1839-?)	Natural do Espírito Santo*. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, em 1862. Abriu escritório de advocacia em Curitiba (quando esta localidade passou a fazer parte da Província do Paraná), onde também atuou como Secretário de Governo (até 1864). Em 1871, foi nomeado Juiz de Direito de Guarapuava. Ajudou a fundar e foi membro da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, instalada em São Paulo em 1873. Foi diretor do Cassino Paulistano, criado em 1872. Teria deixado o cargo de Chefe de Polícia a seu pedido, mas chegou a exercer o posto como interino em 1876. Posteriormente, atuou como Juiz de Direito das comarcas de Jundiá e Areias, em São Paulo; Iguazu, no Rio de Janeiro; e Desterro, em Santa Catarina. Em 1874, recebeu a condecoração da Ordem da Rosa devido a sua atuação durante a epidemia de bexiga (varíola) que ocorreu em São Paulo nessa época.	*A lista de bacharéis formados na Faculdade de Direito de São Paulo indica que ele teria nascido no Rio de Janeiro, porém os periódicos paulistas, particularmente as publicações sobre os estudantes aprovados e formados, informam que ele era natural do Espírito Santo.

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1875-1876	Capital	Elias Antônio Pacheco e Chaves (1842-1903)	Natural de Itu, São Paulo. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1865. Advogou em sua cidade natal, atuou como Juiz Municipal e de Órfãos na capital, foi eleito Deputado-provincial (1874) e Vereador da Câmara de São Paulo (1881). Foi membro do Partido Conservador. Exerceu a Presidência da Província de São Paulo, como Vice, em duas ocasiões (nos anos de 1885 e 1887). Foi sócio da empresa "Prado, Chaves & Cia", uma casa exportadora de café, e chegou à ao comando da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.	
Chefe de Polícia	1875-1877	Capital	Francisco de Paula Rabello e Silva (?-1898)	Natural de São Paulo. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais nessa localidade, obtendo grau de bacharel em 1868. Advogou na capital, onde foi também Juiz Substituto e Delegado. Atuou como Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Belém, na região de Campinas (1873).	
Chefe de Polícia	1877-1879	Capital	Joaquim de Toledo Piza e Almeida (1842-1908)	Natural de Capivari, São Paulo. Estudou na Faculdade de Direito paulista, formando-se em 1866. No ano seguinte, foi nomeado Promotor Público da cidade de Taubaté, mas não exerceu as funções. De 1875 a 1878, ocupou o lugar de Juiz Substituto na capital, deixando o cargo para assumir o de Juiz de Direito no Espírito Santo. Atuou como Juiz de Direito em Piracicaba (1879) e em Sorocaba (1883). No período republicano, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (1890) e eleito presidente do mesmo órgão (1906). Teria libertado seus escravos em 1880 e atuado em prol da liberdade dos escravos que desembarcaram em São Paulo depois da Lei de 7 de novembro de 1831.	
Chefe de Polícia	1879-1880	Capital	João Augusto de Pádua Fleury (1831-1894)	Natural de Mato Grosso. Irmão de André Augusto de Pádua Fleury (1830-1895), que foi membro do Conselho de Estado e responsável por uma análise do sistema penitenciário do Império publicada em 1880. João Augusto estudou Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, formando-se em 1855 - um ano depois da mudança da sede da faculdade de Olinda para o Recife. foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo entre 1890 e 1892.	
Chefe de Polícia	1880-1882	Capital	Ventura José de Freitas Albuquerque (1842-1920)	Natural da Bahia. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, formando-se em 1868. Foi Inspetor da Instrução Pública (1870) e Promotor Público (1871-1872) no Rio de Janeiro. Atuou em São Paulo ou no Rio de Janeiro) como Juiz de Direito em Marajó, no Pará (1879), e S. Sebastião, em São Paulo (1880). Também foi Chefe de Polícia no Pará (1878-1879) e no Rio de Janeiro (1885). Parece ter se aposentado com as honras de Desembargador*.	*Não foi possível confirmar se ele atuou como Desembargador (seja em São Paulo ou no Rio de Janeiro). Seu Secretário foi o Dr. Camilo Gavião Peixoto, que também atuou como Delegado.

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1882-1883	Capital	Luiz Caetano Muniz Barreto (?-1925)	Natural da Bahia. Obteve grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1865, na Faculdade do Recife. Atuou como Promotor Público (1866) e Juiz Municipal e de Órfãos na província da Bahia (1867). Foi Juiz de Direito nas comarcas de Coxim, na província de Goiás (1875); Nossa Senhora dos Curitibanos, Santa Catarina (1877-1878); e de Araruama, no Rio de Janeiro (1885-1893). Chegou a ser nomeado Chefe de Polícia de Pernambuco em 1883, mas a nomeação foi considerada "sem efeito". Foi Presidente da província do Sergipe entre 1884 e 1885. Aposentou-se "com o ordenado e as honras de Desembargador" em 1893, quando atuava como Juiz de Direito no Rio de Janeiro.	Seus Secretários foram o Dr. Camilo Gavião Peixoto, que atuou como Delegado, e o Dr. Firmiano de Moraes Pinto, que chegou a exercer o lugar de Juiz Municipal.
Chefe de Polícia	1883	Capital	José Joaquim Baeta Neves (1835-1918)*	Natural de Pernambuco. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1861. Atuou como Juiz de Direito nas comarcas de Queluz (1872) e Rio das Mortes (São João del-Rei, 1884-1885), da província de Minas Gerais; Taubaté (1879 e 1882), Atibaia (1882), Campinas (1886), da província de São Paulo. Também foi Chefe de Polícia em Minas Gerais (1878-1879). Entre 1883 e 1884, voltou a exercer as funções desse posto em São Paulo, interinamente, durante a ausência de seu sucessor, Hypólito de Camargo. Aposentou-se em 1890.	*Seu filho, homônimo, teria nascido em Minas Gerais, se formado em São Paulo em 1882 e atuado como Juiz Municipal em comarcas de Minas Gerais nessa década. Seu Secretário foi o Dr. Firmiano de Moraes Pinto, que também atuou como Juiz Municipal.
Chefe de Polícia	1883-1884	Capital	Hypólito de Camargo (1846-1905)	Natural de São Paulo. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade paulista, em 1872. Foi nomeado Promotor Público de Campinas (1873), Juiz de Direito de S. Simão (1878), de Ribeirão Preto (1885) e de Jacareí (1887-1888). No período republicano, atuou como Juiz de Direito da vara comercial da capital paulista, até ser suspenso (1895) e removido (1900). Contribuiu para a construção do Asilo de Mendicidade de São Paulo. Durante seus tempos de estudante secundário, presidiu a sociedade "Tributo às Letras". Escreveu: <i>Quadros vivos</i> (comédia, 1867), <i>A volta das andorinhas</i> (folhetim, 1871), <i>Auras matutinas - ou matinais -</i> (poesias, 1872), <i>Reforma Eleitoral brasileira de 1881</i> (1881), <i>Novo Código Penal</i> (1891), <i>Projeto de organização judicial do estado de S. Paulo</i> (1891).	Seu Secretário foi o Dr. Firmiano de Moraes Pinto, que também atuou como Juiz Municipal.

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1884-1885	Capital	Antônio Arnaldo de Oliveira (?-?)	Natural de Minas Gerais. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1868. Foi Promotor Público na comarca de Paraibuna (1869), Juiz Municipal e de Órfãos no termo de S. Batista do Presídio (1870) e Juiz de Direito da comarca de Passos (1883) - todas elas localidades da província de Minas Gerais. Atuou como Juiz de Direito em S. José dos Campos, São Paulo, logo depois de deixar a chefia da Polícia da província. Também ocupou o cargo de Chefe de Polícia no Rio Grande do Sul (1883-1884) e chegou a ser nomeado para atuar no Rio de Janeiro (1889). Foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação de Minas Gerais, aposentando-se em 1920. Foi membro do Partido Liberal mineiro na década de 1870 e, na República, candidato a Senador pela "Chapa católica" formada em Ouro Preto em 1891.	 <p>Seus Secretários foram o Dr. Firmiano de Moraes Pinto, que foi Juiz Municipal, e o Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos</p>
Chefe de Polícia	1885	Capital	Antônio Joaquim de Souza Paraíso (?-1900)	Natural da Bahia. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1864. Atuou como Juiz Municipal e de Órfãos dos termos de Jacobina, Bahia (1866); de Alagoas, em Maceió (1870-1871); e de Ouro Preto, em Minas Gerais (1871). Nessa última localidade, foi nomeado, posteriormente para os lugares de Juiz Substituto da vara Comercial (Ouro Preto, 1873) e de Juiz de Direito (comarca de Queluz, 1878). Foi nomeado em março de 1885 e, em agosto, pediu exoneração do cargo de Chefe de Polícia de São Paulo. Aposentou-se com as honras de Desembargador.	Foi seu Secretário o Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos.
Chefe de Polícia	1885-1886	Capital	Manoel Juvenal Rodrigues da Silva (?-1891)	Natural da Paraíba. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1869. Atuou como Juiz Municipal em Mamanguape, Paraíba, cidade onde vinha advogando desde 1870. Durante o exercício daquele cargo público, em 1872, envolveu-se num caso polêmico. Ele foi incumbido de dar execução à sentença de 300 açoites em um escravo, Serafim, que havia cometido homicídio. O cativo, após 200 açoites, foi considerado em estado grave pelos facultativos e foi solicitada a suspensão da sentença, mas o Juiz Municipal não a teria acatado. Posteriormente, foi Juiz de Direito em Piancó, na mesma província da Paraíba (1876). Também foi Chefe de Polícia em Alagoas (1877-1878). Elaborou as <i>Posturas municipais da capital</i> [de São Paulo] <i>para os serviços de amas de leite e criados</i> (1886).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Chefe de Polícia	1887-1888	Capital	Antônio Pedro Ferreira Lima (1843-1924)	Natural do Rio Grande do Norte. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais no Recife, formando-se em 1867. Atuou como Secretário do Governo da sua província natal (1871), depois foi Juiz Municipal em Tietê (1873), Sorocaba (1876) e São Luiz do Paraitinga (1881), localidades da província de São Paulo. Exerceu o lugar de Juiz de Direito em Marajó (1882) e Igarapé-Mirim (1883), comarcas do Pará. Também foi Chefe de Polícia em Minas Gerais (1885-1886). Tomou posse como Desembargador do Tribunal do Rio de Janeiro em 1891, aposentando-se em 1919.	Foi seu Secretário o dr. Alfredo Ribeiro dos Santos.
Chefe de Polícia interino	1887-1888	Capital	Salvador Antônio Muniz Barreto de Aragão (1853-1907)	Natural da Bahia. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1875. Logo depois de formado foi nomeado Promotor de Valença, no Rio de Janeiro. Nessa província também foi Juiz Substituto de Niterói (1878-1882). Em São Paulo, atuou como Juiz de Direito da comarca de Jundiaí antes de ser nomeado Chefe de Polícia. Deixou esse lugar em abril de 1888, sendo designado para a chefia da Polícia do Rio de Janeiro. Chegou ao posto de Desembargador em 1897, atuando no Tribunal do Rio. Foi condecorado com o título de Moço Fidalgo da Casa Imperial. Escreveu a obra <i>Lei, processo e formulário do casamento civil para uso dos juizes do casamento</i> (1890).	Foi seu Secretário o dr. Alfredo Ribeiro dos Santos.
Delegado	1853	Bananal	Manoel de Aguiar Vallim (1806-1878)	Foi indiciado no crime de tráfico de africanos em 1853, mas o Chefe de Polícia Joaquim Fernando da Fonseca decidiu despronunciá-lo (caso do Bracuhy).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Delegado	1850-1855/ 1864-1879	Capital	Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça (1812-1890)	Nasceu em Luanda, Angola, e veio para o Brasil ainda criança. Teria chegado em São Paulo por volta de 1829. Bacharelou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade paulista, em 1838. Nessa instituição, onde foi oficial guarda-livros, chegou a ser lente de Direito Administrativo*. Foi membro do Instituto da Ordem de Advogados. Em relação aos registros, foi nomeado para o posto de Subdelegado da freguesia da Sé em 1848, provavelmente como interino. Em 1850, foi nomeado para o posto de Delegado, sendo demitido em 1855. Em 10 de setembro de 1864 outro registro dá conta de que fora nomeado novamente para esse cargo, no qual ficou até 1879. Envolveu-se em polêmicas com moradores da capital e algumas autoridades, inclusive eclesiásticas, bem como com os estudantes da Faculdade de Direito. Assumiu interinamente o cargo de Chefe de Polícia em diferentes anos, entre as décadas de 1860 e 1870. Escreveu, além de teses para obter o grau de doutor (1838), o <i>Repertório geral ou índice alfabético das leis do Império do Brasil...</i> (1847-1862), em 5 volumes; o <i>Tratado regular e prático de testamento...</i> (1851); o <i>Excerto de direito administrativo pátrio para servir de compendio...</i> (1865); <i>O Conselheiro fiel do povo</i> , por um bacharel em direito (?); e a <i>Memória histórica da Faculdade de Direito de S. Paulo no ano de 1867</i> . Ele geralmente é lembrado, em alguns estudos, por ter auxiliado Luiz Gama quando este foi amanuense da Secretaria de Polícia; a relação amistosa entre os dois foi mencionada numa carta do rúbula de 1880.	*Esta cadeira passou a existir após 1855.
Delegado suplente	1862	Capital	Diogo de Mendonça Pinto (1818-1892)	Natural de São Paulo. Estudou na Faculdade de Direito paulista, formando-se em 1839. Exerceu o posto de Juiz Municipal em Areias e S. Sebastião. Tomou assento como Deputado-provincial durante os anos de 1844 e 1857. Foi Inspetor da Instrução Pública entre 1851 e 1873. Também foi professor de Retórica, História e Geografia. Escreveu alguns dramas, entre eles o <i>Ensaio Dramático</i> (1872), que chegou a ser representado na capital, no Teatro de S. José.	
Delegado	1863	Capital	Pedro Taques de Almeida Alvim [Filho] (?-?)	*Citado anteriormente.	
Delegado	1865-1866	Santos	Antônio Vieira Barbosa (?-?)	Natural de São Paulo. Formou-se no curso jurídico de São Paulo em 1864. Foi nomeado Delegado de Santos em maio de 1865. Nesse mesmo ano, ajudou a engajar voluntários para a guerra através da "Associação engajadora de voluntários em Santos". Foi diretor da companhia "Teatro de Santos".	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Delegado	1865-1866	Campinas	José Bonifácio da Silva Pontes (?-?)	Natural de Campinas, São Paulo. Formou-se no curso jurídico de São Paulo no ano de 1863. Foi nomeado para o cargo de Delegado de Campinas em dezembro de 1864, assumindo as atividades em janeiro de 1865; pediu exoneração em março de 1866, mas continuou indicado como suplente depois. Chegou a ser eleito Juiz de Paz nessa cidade em 1868. Foi presidente da Câmara de Campinas entre 1877 e 1880. Em 1877, fez parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.	
Delegado	1879/1883/1887-1888	Capital	Eugenio Manoel de Toledo (?-?)	Natural de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Direito paulista em 1863. Foi nomeado para o lugar de Subdelegado da Freguesia do Sul da Sé (1866), mas não exerceu a função. Posteriormente, ocupou o mesmo cargo, como interino (1879), antes de assumir, pela primeira vez, as atividades de Delegado. Quando havia mais de uma Delegacia na capital, já no final da década de 1880, assumiu o lugar de 2º Delegado. Compôs o banco de jurados do Júri da capital (em 1864, 1870, 1875, 1882) e chegou a ser nomeado Promotor na comarca de Constituição [Piracicaba] (1865), mas não assumiu o posto. Atuou como professor nos colégios Atheneu Paulistano (1865), União (1866) e Lyceu Alemão (1868). Durante vários anos, foi professor do curso preparatório da Faculdade de Direito (1868-1879), onde também teria sido bibliotecário tempos depois (1912). Na década de 1870, advogava na capital.	
Delegado	1880	Capital	Camilo Gavião Peixoto (1840-1883)	Natural de São Paulo. Irmão de Bernardo Avelino Gavião Peixoto (1829-1912). Camilo estudou na Faculdade de Direito paulista, formando-se em 1861. Foi deputado-provincial em duas Legislaturas (de 1866-1867 e de 1880-1881). Atuou como Subdelegado da freguesia de S. Ifigênia (1878) antes de assumir o posto de Delegado. Durante sua atuação, averigou prostíbulos da cidade. Tinha cartório na capital. Foi secretário da Secretaria de Polícia em 1882. Em 1880, uma publicação sobre os cidadãos elegíveis o descreveu como banqueiro e indicou que ele tinha 40 anos de idade.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Delegado	1888	Penha do Rio do Peixe	Joaquim Firmino de Araújo Cunha (1855-1888)	Natural de Mogi Mirim, São Paulo. Foi nomeado Delegado em 1885. Era membro de um "club" abolicionista fundado em Mogi Mirim em 1886. Na madrugada de 11 de fevereiro de 1888, sua casa em Penha do Rio do Peixe foi cercada por centenas de pessoas que acusavam de acoitar escravos fugidos, ocorrência que culminou no seu assassinato. O envolvimento de Cunha em atos favoráveis aos cativos chegou ao conhecimento do Chefe de Polícia, Salvador Antônio Moniz Barreto de Aragão, às vésperas do crime; segundo relatou essa autoridade, a exoneração do Delegado fora assinada no mesmo dia de sua morte. O assassinato ganhou projeção nos periódicos do Império, intensificando as pressões sócio-políticas em prol da abolição. A mudança de nome da cidade (para Itapira) em 1890 teria sido motivada por familiares do Delegado e moradores que desejavam esmorecer o interesse por esses fatos.	
Subdelegado	1864-1865	Santos	Joaquim Manoel da Silva (?-?)	Foi vereador da Câmara de Santos em 1861. Foi exonerado do cargo policial em outubro de 1865.	
Subdelegado	1867-1878	Juquery	Ignácio Antônio Bueno (1812-1884)	Lavrador. Em 1855, chegou a ser indicado para o lugar de Fiscal nessa freguesia, em ofício enviado à Câmara de São Paulo, mas não foi nomeado. Foi sorteado para compor o Júri da capital em junho de 1866 e julho de 1867 - nesta ocasião, convocado para uma sessão extraordinária, para julgamento de um réu escravo, pois foi citada, na publicação do <i>Diário de S. Paulo</i> , que a sessão do tribunal estava conforme a Lei de 10 de junho de 1835. Exerceu o posto de Subdelegado como 1º suplente entre 1867 e 1868. Depois disso, não se sabe se continuou como efetivo. De qualquer forma, apenas em 1878 deixou as tarefas do cargo, exonerado a seu pedido. Em 1880, sua "renda conhecida" era de 1:000\$000.	
Subdelegado	1880	Distrito do Norte da Sé	Joaquim Taques Alvim (?-?)	Tenente. Compareceu ao banco de jurados do Júri da capital em sessões realizadas entre as décadas de 1860 e 1880. Em 1873, foi indicado representante do Partido Republicano Paulista para o município de Taubaté. Ainda em 1880, foi nomeado arquivista da Assembleia Provincial, onde foi também 1º oficial (1887) - cargo no qual foi aposentado em 1890. Em 1883, atuou como 1º suplente do Subdelegado do Norte da Sé. Teria contribuído para a fundação do jornal <i>A Província de São Paulo</i> (1875, hoje <i>O Estado de S. Paulo</i>) e para a publicação do <i>Almanach Literário Paulista</i> (1876, ano 1º).	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Subdelegado	1879-1882	Distrito do Sul da Sé	José Pires de Almeida Mello (?-?)	Antes de estabelecer residência na capital, no início da década de 1880, foi morador da região de Sorocaba. Chegou a ser acionista da Companhia sorocabana de estrada de ferro e membro do Partido Liberal. Na eleição dos candidatos a deputado na Assembleia Provincial paulista de 1873, votou em candidatos conservadores - como fizeram outros eleitores de Sorocaba, fato que o Colégio eleitoral do município procurou explicar pela imprensa. Não compareceu a algumas sessões do Júri paulista a que foi convocado durante a década de 1880.	
Inspetor de Quarteirão	1880	Distrito do Norte da Sé	Henrique Goulart Penteado de Vasconcellos (1855-?)	Sabe-se apenas que, antes do posto de Inspetor de Quarteirão, atuou como oficial de descarga da Alfândega de Santos e foi nomeado, em fevereiro de 1880, escrevente da Tesouraria da Fazenda de São Paulo.	
Juiz Municipal*	1840	Vila de Lorena	Antônio Luís Domingues Bastos (?-?)	Foi vereador da Câmara Municipal de Lorena em 1844. Posteriormente, ocupou os lugares de Delegado e de Juiz Municipal da mesma vila, como suplente (1850). Consta que era pai de Rodrigo Bastos, acusado de ser contrabandista de africanos em Lorena na mesma época.	*A rigor, os Juizes Municipais detiveram atribuições policiais - cumulativamente às judiciais (que contemplavam tarefas do ramo civil do Judiciário, notadamente o Juizado de Órfãos) - de 1832 (Código do Processo Criminal) a 1871 (Reforma Judiciária).
Juiz Municipal	1865-1869	Santos	Alexandre Augusto Martins Rodrigues (?-?)	Natural de São Paulo. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, em 1863. Foi nomeado Inspetor da Instrução Pública e Promotor Público de Iguape em 1864. Entre 1865 e 1867, chegou a acumular as funções de Juiz Comercial, Juiz de Órfãos, Juiz de Direito interino e Delegado de Santos. Sua nomeação para o posto de Delegado dessa cidade ocorreu em agosto de 1866 e seu pedido de exoneração do mesmo cargo se deu em 1867.	

Cargo	Período	Local	Nome	Informações	Observações/Imagens
Juiz Municipal suplente	1869	Capital	Antonio Pinto do Rego Freitas (1835-1886)	Natural de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Direito paulista em 1861. Na década de 1860, teria acumulado atividades como Juiz Municipal suplente e Juiz de Direito, assumindo o primeiro posto em diferentes momentos desde 1863. Em 1868, foi indicado para o lugares de Inspetor da Instrução Pública da freguesia de S. Ifigênia, 5º Delegado suplente (exonerado a pedido no mesmo ano, devido ao acúmulo de atividades). No ano seguinte, foi nomeado Tenente-coronel de um batalhão de reserva da Guarda Nacional e assinou editais como Juiz Provedor. Foi vereador, presidindo algumas sessões da Câmara Municipal da capital (entre 1860 e 1880), e inspetor do Tesouro Provincial (1870-1878). Participou, como jurado, de sessões do Júri da capital, e foi ainda secretário da Irmandade Bom Jesus dos Passos. Possuía uma chácara na região do Arouche. Era membro do Partido Conservador. Obteve a condecoração da Ordem da Rosa em 1874.	
Juiz Municipal	1885	Limeira	Firmiano de Moraes Pinto (1861-1938)	Natural de Itu, em São Paulo. Estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade paulista, formando-se em 1882. Atuou como Juiz Municipal e de Órfãos no termo de Limeira, na mesma província (1885-1887). Foi Secretário da repartição de Polícia entre 1882 e 1884 - neste ano, o Chefe de Polícia era Antônio Arnaldo de Oliveira. Já na República, foi Secretário do Estado de São Paulo, na administração de Campos Sales (1896-1897) e Prefeito da cidade de São Paulo (1920-1926).	

Referências – Autoridades policiais de Pernambuco

Referências biográfico-genealógicas e listagens (de bacharéis, desembargadores, etc.)

ABREU, Alzira Alves (org.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Tribunal da Relação da Corte – 1875**. Subsídios biográfico-genealógicos. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/tribunal-da-relacao-da-corte.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento (1827-1903). **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1893. 7v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>. Acesso em: 19 ago. 2018.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarchia pernambucana (v. II, 1926). In: **Anais da Biblioteca Nacional**, v. XLVIII, Rio de Janeiro, 1935.

GALERIA dos Presidentes do Tribunal de Justiça da Bahia. Disponível em: <https://sites.google.com/view/galeriadepresidentes?pli=1>. Acesso em: 13 fev. 2023.

GALERIA dos Presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (1822-2020). Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/galeria-dos-presidentes>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GALVÃO, Miguel Archanjo (1821-1903). **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179478>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GODOY, José Eduardo Pimentel de. **As alfândegas de Pernambuco**. Brasília: ESAF, 2002.

GUADALBERTO, Elisama Carvalho C. et. al. **Assembleia Legislativa de Pernambuco 180 anos: uma visão histórica de Pernambuco sob o olhar do legislativo estadual**. Recife: ADF Editora, 2015. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/uma-visao-historica-pe.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ÍNDICE de alunos da Universidade de Coimbra (1537-1919). Disponível em: <https://www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=264605>. Acesso em: 07 ago. 2022.

LISTA dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça (Império) e do Supremo Tribunal Federal (República). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/ministro.asp?periodo=STJ>. Acesso em: 14 set. 2022.

LISTA dos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça (Império) e do Supremo Tribunal Federal (República). Disponível em:

https://portal.stf.jus.br/ministro/listarPresidente.asp?presidente=&per_iodo=stj. Acesso em: 18 mar. 2022.

MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife** – desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931. Recife: Diário da Manhã, 1931. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34979>. Acesso em: 30 jan. 2019.

RELAÇÃO e Índice Alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1824 para 1825. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1824. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/republica/UCBG-RP-15-2/UCBG-RP-15-2-1824-1825/UCBG-RP-15-2-1824-1825_item2/UCBG-RP-15-2-1824-1825_PDF/UCBG-RP-15-2-1824-1825_PDF_24-C-R0120/UCBG-RP-15-2-1824-1825_0001_rosto-66_t24-C-R0120.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Desembargadores da Justiça no Rio de Janeiro**: Colônia e Império. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça, 2018. Disponível em: <http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/5989760/6097273/CatalogodeDesembargadoresweb.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

Fontes de época

ACTAS dos Trabalhos da Comissão Revisora do Projeto de Código Civil Brasileiro elaborado pelo Dr. Clovis Bevilacqua. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros. 1823. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas). Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/>. Acesso em: 11 maio de 2021.

COSTA, Evaldo; ROSA, Hildo Leal da; MOURA, Débora Cavalcante de. **Memorial do dia seguinte** – a Revolução de 1817 em documentos da época. Recife: APEJE/CEPE, 2018.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923). **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Typografia Universal, 1882. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>. Acesso em: 19 ago. 2018.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS da Revolução de 1817. v. CV. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (Divisão de Obras raras e publicações), 1954. Biblioteca Nacional - Acervo Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MELLO, Antônio Joaquim de. **Biografias de alguns poetas, e homens ilustres da Província de Pernambuco**. Recife: Tipografia Universal, 1859. 3 Tomos. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>. Acesso em: 19 ago. 2018.

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de (1809-1878). **Autos do inquérito da Revolução Praieira**. Introdução de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1979.

_____. **Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849**. Rio de Janeiro: Typ.do Brasil de J. J. da Rocha, 1850.

MENEZES, Diogo de Mello. **Memórias de um Cavalcanti**. Trechos do livro de assentos de Félix Cavalcanti de Albuquerque Mello (1821-1901) escolhidos e anotados pelo seu bisneto Diogo de Mello Menezes. Intr. Gilberto Freyre. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/280/1/196%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

NUNES MACHADO, Francisco (1809-1849). **Nunes Machado, discursos parlamentares**. Seleção e introdução de Vamireh Chacon. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978 (Perfis Parlamentares, 3).

PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco** (1821-1824). v. 1. Transcrição paleográfica de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Laís de Oliveira. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; CEPE, 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 02 fev. 2022.

RELATÓRIO da 2ª Diretoria da Repartição Central da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Porto Alegre, 30 de junho de 1898.

SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de (1812-1884). **Memórias da Viagem de SS. Magestades Imperaes as províncias da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo....** Tomo1º. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria de B. X. Pinto de Souza, 1861. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242431>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Periódicos

- Consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) - Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2020:

Almanack dos Negociantes do Império do Brasil (RJ, 1827-1832)

Anais da Biblioteca Nacional (RJ, 1876-2014)

A União: Virtus unita crescit (PE, 1848-1852)

Correio da Bahia (BA, 1871-1878)

Diário de Pernambuco (PE, 1825-hoje)

Jornal do Commercio (RJ, 1827-2016)

Jornal do Recife (PE, 1858-1938)

Jornal de Sergipe (SE, 1879-1882)

O Cearense (CE, 1846-1891)

O Jequitinhonha (MG, 1860-1872)

O Spectador Brasileiro (RJ, 1824-1826)

Revista do Archivo Publico Mineiro (MG, 1896-1900)

- Periódico consultado na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: **Gazeta Pernambucana**, n. 6, janeiro de 1823. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6941/8/N.06_45000033250_Output.o.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

Subsídios digitais

DEPUTADOS da Assembleia Legislativa da Paraíba. <http://ozildoroseliafazendohistoriahotmail.blogspot.com/2010/12/ass-embleia-legislativa-da-paraiba.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ENGENHOS de Pernambuco. Disponível em: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

FAMILY SEARCH. Disponível em: <https://www.familysearch.org/en/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco – Coleção Francisco Rodrigues (Fotografias). Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/home/index.php>. Acesso em: 13 jun. 2022.

JUIZES de Direito do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/juizes-de-direito-na-provincia-do-espírito-santo.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira) – Arquivo Nacional - Biografias. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MEMÓRIA Política de Santa Catarina – Biografias. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1220-Joao_Jose_de_Andrade_Pinto. Acesso em: 19 jun. 2022.

PARENTESCO – Árvores genealógicas. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PESQUEIRA Histórica. Disponível em: <https://www.pesqueirahistorica.com/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/sigismundo-antonio-goncalves/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SUPREMO Histórico – Acervo fotográfico. Disponível em: <https://supremohistorico.stf.jus.br/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 30 set. 2022.

Estudos

ABREU, Júlio. A velha Academia de Olinda (Segunda Parte). **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**, 1946. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1948/1948-AVelhaAcademiadeOlinda.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

ALVES, Jones Figueiredo. Anotações à criação bicentenária do Tribunal da Relação de Pernambuco e sua historicidade. **Documentação e Memória**, TJPE, Recife, v. 6, n. 11, p. 7-24, 2021. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/documents/97401/2723234/2-RDM->

[11 Artigo Des-Jones-Figueiredo-Alves.pdf/22b2be6f-53e5-dcfe-c85e-511769633531?version=1.1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 mar. 2022.

ASSIS, Patrícia Marciano de. **Administrando a (in)segurança:** experiências de conflito e negociação da chefatura de polícia na sociedade oitocentista cearense. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2021.

BEVILÁQUA, Clóvis (1859-1944). **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2 ed. Brasília, INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

CABRAL, Dilma; GABLER, Louise; PONTES, Salomão. **Cursos jurídicos**. MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira) – Arquivo Nacional. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/422-cursos-juridicos>. Acesso em 23 ago. 2018.

CABRAL, Flávio José Gomes. **Conversas reservadas:** "vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:** trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, 2003. Disponível em :

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. de; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. **Almanack**, n. 12, p. 44-64, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320161204>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. Revisitando as Carneiradas: os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 33, n. 1, p. 45-65, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24645/19919>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. **‘O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido’:** a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2015.

GREGÓRIO, Vítor Marcos. **Dividindo as províncias do Império**. Curitiba: Appris, 2021.

MOREIRA, Paulo Roberto S.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. ‘Já que a desgraça assim queria’ um feiticeiro foi sacrificado: curandeirismo etnicidade e hierarquias sociais (Pelotas-RS, 1879). **Afro-Ásia**, v. 47, p. 119-169, 2013.

NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. **Sob o império da lei:** a atuação dos juizes municipais na comarca do Recife (1841-1850).

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Recife, 2014.

NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. A lei, o magistrado e a política: a atuação dos juizes de direito em Pernambuco (1835-1857). **História UNICAP**, v. 6, n. 11, p. 160-176, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/hu.2019.v6n11.p160-176>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os índios nos Vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2015.

SILVA, Lucian Souza da. A lavoura do Norte tem necessidades urgentes: a elite paraibana no Congresso Agrícola do Recife em 1878. **Vozes, Pretérito & Devir**, v. XIV, n. 1, 2022. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/viewFile/425/375>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SILVA, L. G.; PIMENTA, J. P. G. Pernambuco, Rio da Prata e a crise do Antigo Regime na América ibérica: o “caso” de Félix José Tavares Lira. **Estudos Ibero-Americanos**, 36(2), 2010. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2010.2.8766>.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2004.

SILVA, Welber Carlos Andrade da. **As elites de Santo Antônio** – poder, representações e sociabilidade. O caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Recife, 2012.

SILVA, Wellington Barbosa. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades**: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849). Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

TRINDADE, Héliogio. **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho** (1890-1937). Porto Alegre: CORAG, 2005.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma corte de justiça do Império**: o Tribunal da Relação de Pernambuco. 3a. ed. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2021.

Referências – Autoridades policiais de São Paulo

Referências biográfico-genealógicas e listagens (de bacharéis, desembargadores, etc.)

ACADÊMICOS mineiros na Faculdade de Direito de S. Paulo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 2, v., 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1124.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento (1827-1903). **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1893. 7v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>. Acesso em: 19 ago. 2018.

CONTRIBUIÇÃO para um catálogo das obras dos antigos alunos – 1ª Parte (1831-1864). **Revista da Faculdade de Direito (USP)**, v. 30, n. 2, 1934. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/jspui/bitstream/123456789/3103/1/Revista_FD_vol30_fasc2_1934.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

EGAS, Eugênio. **Galeria dos Presidentes de São Paulo** – período monárquico (1822-1889). Seção de Obras do Estado de São Paulo: São Paulo, 1926.

ERPEN, Juliana (org.). **Do manuscrito ao registro eletrônico**. 150 anos do Registro de Imóveis de Porto Alegre. 1ª Zona de Porto Alegre: Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://lamanapaiva.com.br/livros/150anos/Livro150anos.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

FAMÍLIA Baeta Neves. Disponível em: <https://goismnemosine.weebly.com/famiacutelia-baeta-neves.html>. Acesso em: 02 fev. 2023.

FRANCO, Dirceu. Biografia de Firmiano de Moraes Pinto. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINTO,%20Firmiano%20de%20Morais.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FREITAS, Affonso A. O Anastácio. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, Ano I, v. XI, 1935.

GALERIA de ex-presidentes da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_carvalho2.html. Acesso em: mar. 2020.

GALERIA dos ex-presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/QuemSomos/ExPresidentes/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GALVÃO, Miguel Archanjo (1821-1903). **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179478>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GODOY, José Eduardo Pimentel de. **As alfândegas de Pernambuco**. Brasília: ESAF, 2002.

ÍNDICE de alunos da Universidade de Coimbra (1537-1919). Disponível em: <https://www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=264605>. Acesso em: 07 ago. 2022.

JUÍZES de Direito do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/juizes-de-direito-na-provincia-do-espírito-santo.html>. Acesso em: 30 set. 2022.

LEME, Luís Gonzaga da Silva (1852-1919). **Genealogia paulistana**. 9 v. São Paulo: Duprat & Cia, 1903-1905. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

LISTA Geral dos Bacharéis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentes e Diretores efetivos até 1900. Organizado pelo bacharel Julio Joaquim Gonçalves Maia. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8227.v8i0p209-291>. Acesso em: 23 out. 2020.

LISTA dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça (Império) e do Supremo Tribunal Federal (República). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/ministro.asp?periodo=STJ>. Acesso em: 14 set. 2022.

LISTA dos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça (Império) e do Supremo Tribunal Federal (República). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ministro/listarPresidente.asp?presidente=&periodo=stj>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MESAS DIRETORAS – Império. Acervo da ALESP. Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ODOY, Olavo Pinheiro. **A história do capitão José Gomes Pinheiro – fundador de Botucatu**. Gráfica Santana, 2000. Disponível em: <http://www.historiadebotucatu.com.br/livros/historiaCapitao/historiaCapitao.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Desembargadores da Justiça no Rio de Janeiro: Colônia e Império**. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça, 2018. Disponível em: <http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/5989760/6097273/CatalogodeDesembargadoresweb.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Desembargadores da Justiça no Rio de Janeiro: República – Parte 1: 1891 a 1946**. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça, 2020. Disponível em: http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/5989760/6464634/Web_CatDesembargadores-2019_rep_1_corr8set.pdf/b7ff6408-42f4-5a27-00a6-069bee140d43?t=1599759246123.

SÃO PAULO (Estado). **Galeria dos presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo**. São Paulo: ALESP - Departamento de Comunicação, 2006. Disponível em: https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/wp-content/uploads/2019/11/galeria_presidentes_1822_1889.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus Desembargadores**. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Biblioteca/Curriculum/Curriculum.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SILVEIRA, Carlos da. Subsídios genealógicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XLIX, p. 29-64, 1949.

Disponível em: <http://ihgsp.org.br/publicacoes/revistas>. Acesso em: 03 fev. 2021.

SÍNTESE Histórica das Aduanas brasileiras - Lista de Juizes da Alfândega. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/sintesehistorica/sintese_s.htm. Acesso em: mar. 2020.

Fontes de época

ALMANACK Sul-Mineiro para 1874. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata/brtacervo.php?cid=16340&op=1>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ANNAES do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Sessão de 1864, v. 3, tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1864.

ATAS da Câmara Municipal de São Paulo. Centro de Memória CMSP, São Paulo. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/atas_anais_cmsp/. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Nominata de deputados brasileiros. 1823. [Brasília], s.d. (folhas datilografadas). Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/>. Acesso em: 11 maio de 2021.

CARTAS e mais peças officiaes: dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Príncipe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 23 out. 2019.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a história e costumes de São Paulo [vários volumes]. São Paulo: Secretaria da Educação/Arquivo do Estado, 1961. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/communities/d8ee2f32-679a-4a95-a648-59cdbc0777ce>. Acesso em: 13 jul. 2022.

EXPOSIÇÃO do famoso processo formado ex-officio pelo Dr. Juiz Municipal da 2ª Vara Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja.... Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1842.

LAEMMERT, Eduardo von. **Almanack Administrativo, Mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1857**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1857.

“Ofícios Diversos” (conjunto). Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Repositório Digital. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/oficios_diversos. Acesso em: 09 abr. 2020.

SÃO PAULO (estado). Legislação do Estado de São Paulo [desde 1835]. Portal da ALESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO (cidade). Arquivo Nacional. **As juntas governativas e a Independência** [conjunto de fontes]. v. 1. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973.

REGISTRO GERAL da Câmara da cidade de São Paulo – 1838. v. XXVIII. Departamento de Cultura (divisão de Documentação Histórica e Social): São Paulo, 1939.

REGISTRO GERAL da Câmara da cidade de São Paulo – 1842. v. XXXI. Departamento de Cultura (divisão de Documentação Histórica e Social): São Paulo, 1941.

TINÓCO, Antônio Luiz Ferreira (1843-?). **Código Criminal do Império do Brasil anotado**. Fac-símile. Rio de Janeiro: Imprensa industrial, 1886. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496203>. Acesso em: 1º mar. 2023.

Periódicos

- Consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) - Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 out. 2020:

Almanach Paulista: 1º anno (SP, 1881)

Almanach da Província de São Paulo: Para o ano bissexto de 1884 (SP, 1883)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA, 1854 a 1863)

Anais da Biblioteca Nacional (RJ, 1876-2014)

Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ, 1826 a 1873)

A Reforma: Órgão Democrático (RJ, 1869-1879)

Correio Paulistano (SP, 1854-1942)

Diário do Rio de Janeiro (RJ, 1821-1858)

Diário de S. Paulo (SP, 1865-1878)

Gazeta Juridica: Revista Mensal de Doutrina, Jurisprudencia e Legislação (RJ, 1873-1887)

Império do Brasil: Diario Fluminense (RJ, 1825-1831)

Indicador de São Paulo: Administrativo, Judicial, Industrial, Profissional e Comercial (SP, 1878)

Jornal da Tarde (SP, 1878-1881)

O Farol Paulistano (SP, 1827-1831)

O Novo Farol Paulistano (SP, 1831-1837)

O Piratininga (SP, 1849-1850)

O Paulista Official (SP, 1835-1838).

O Publicador Paulistano (SP, 1857-1859)

O Ypiranga (SP, 1867-1869)

Pharol (MG, 1876-1933)

Revista Commercial (Santos-SP, 1850-1872)

Rio Branco – Órgão do Partido Conservador (Pirassununga-SP, 1882-1884)

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. V. LXXIII. 1981. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/publicacoes/revistas>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Subsídios digitais

ACADEMIA Paulista de Letras - Acervo. Disponível em: <http://www.academiapaulistadeletras.org.br/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA de São Paulo – Base de Dados (Império). Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/imperio/>. Acesso em: 30 set. 2022.

CÂMARA Municipal de Campinas - História. Disponível em: <https://www.campinas.sp.leg.br/institucional/historia-da-camara/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

DICIONÁRIO de ruas de São Paulo (capital). Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

DISCURSO de posse do Acadêmico José Cidalino Carrara. **Revista da Academia Mato-grossense de letras**, v. 1, n. 01 (2015). Disponível em: https://academiamtdeletras.com.br/images/pdf/discursos_cadeiras/ca-d-09-posse-jose_carrara.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

FAMILY SEARCH. Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 22 maio 2022.

GENARC - Árvore genealógica. Disponível em: <https://genearc.net/index.php?op=ZGV0YWxoZVBlc3NvYS5waHA=&id=NjI3OQ==>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GENI - Family Tree online. Disponível em: <https://www.geni.com/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

IBGE – Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira) – Arquivo Nacional - Biografias. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MEMÓRIA Política de Santa Catarina – Biografias. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1220-Joao_Jose_de_Andrade_Pinto. Acesso em: 19 jun. 2022.

PARENTESCO – Árvores genealógicas. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PROJETO COMPARTILHAR. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RAÍZES - notas genealógicas. Disponível em: http://novo.atibaia.com.br/livro_raizes/115/. Acesso em: 17 mar. 2022.

TIPOGRAFIA paulistana. Disponível em: <https://www.fau.usp.br/tipografiapaulistana/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 30 set. 2022.

Estudos

ALMEIDA, Geraldo Cardoso de. Conselheiro Furtado. **Investigações** – Revista do Departamento de Investigações [da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo], Ano III, n. 28, abril de 1951, p. 103-106.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. A Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itupucu [Itu, São Paulo]. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, n. 20, 2014.

Disponível em: http://www.asbrap.org.br/artigos_asbrap.html. Acesso em 03 fev. 2021.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, n. 1, p. 11-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000100002>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2018.

CAMARGO, Daisy de. **Alegrias engarrafadas: os álcoois e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CINI, Celso de Almeida. São Bernardo: raízes e evolução. **Raízes**, ano XI, n. 22, dez. 2000. Disponível em: <http://www.fpm.org.br/Publicacoes/PDF/39>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COSTA, Adrielli de Souza. **Luiz Gama: uma perspectiva do Brasil oitocentista (1848-1882)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Franca, 2018.

DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1996.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). **Saeculum - Revista de História**, n. 14, p. 57-73, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11342>. Acesso em: 02 jan. 2023.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. ‘Amas mercenárias’: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 2, p.305-324, abr.-jun. 2009.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, USP, 1998.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A Civilização do Delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930**. São Paulo: Alameda, 2014.

MORAES, Geraldo Dutra. A primitiva capela do Amparo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. LXXIV, 1978. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/publicacoes/revistas>. Acesso em: 03 fev. 2021.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província:** São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

PESSOA, Thiago Campos. Sobre o que se quis calar: o tráfico de africanos no litoral norte de São Paulo em tempos de pirataria. **História** (São Paulo), v. 39, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020030>. Acesso em: 12 out. 2020.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes:** os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del Rei, UFSJ, 2014.

SÁ, Carolina Mafra de. **Teatro idealizado, teatro possível:** uma estratégia educativa em Ouro Preto (1850-1860). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de (1803-1878). **José Antônio Pimenta Bueno**, marquês de São Vicente. Org. e intro. Eduardo Kugelmas. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. **A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima:** Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. **O papel do Estado na construção da assistência através da ação da polícia do Rio de Janeiro:** 1870-1930. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades:** as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849). Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

VAMPRÉ, Spencer (1888-1964). **Memórias para a história da Academia de São Paulo.** 2 ed. Brasília, INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. 2v.

VIEIRA, Hermes; SILVA, Osvaldo. **História da polícia civil em São Paulo.** São Paulo: Companhia Nacional, 1955.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas.** Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC, 1998.